

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DAIANA WINTER JUNG**

**ASCENSÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL: A BUSCA POR UMA  
POSIÇÃO EM UM SISTEMA EM CRISE**

**Porto Alegre**

**2019**

**DAIANA WINTER JUNG**

**ASCENSÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL: A BUSCA POR UMA  
POSIÇÃO NUM SISTEMA EM CRISE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevitz Pereira

**Porto Alegre**

**2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

Jung, Daiana Winter  
ASCENSÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL: A BUSCA  
POR UMA POSIÇÃO NUM SISTEMA EM CRISE / Daiana Winter  
Jung. -- 2019.  
82 f.  
Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. China . 2. Hegemonia. 3. Estratégias. I.  
Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a).

**DAIANA WINTER JUNG**

**ASCENSÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL: A BUSCA POR UMA  
POSIÇÃO NUM SISTEMA EM CRISE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Dra. Analúcia Danilevycz Pereira – Orientadora  
UFRGS

---

Professor Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Professor Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

*Em memória de minha avó Elfride Metz Jung por seu exemplo de força e dedicação.  
À minha tia.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer à sociedade brasileira por contribuírem na formação de novos acadêmicos e profissionais por meio de uma universidade pública de qualidade. Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter tido a oportunidade de estudar nessa instituição de excelência. Agradeço aos professores e técnicos por serem parte essencial para o funcionamento e produção de conhecimento.

Agradeço à minha orientadora Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira por toda atenção, apoio, e disposição em me auxiliar na realização deste trabalho. E por me acompanhar durante minha graduação e carreira científica.

Gostaria de agradecer a todos que estiveram presentes durante esses cinco anos de graduação. Primeiramente à minha tia, Rosamaria, e a minha avó, Elfride, ambas fizeram parte da minha jornada acadêmica desde o ensino básico até o ensino superior. Agradeço às minhas irmãs e familiares. Gostaria também de agradecer às minhas amigas e colegas de faculdade que me acompanharam e vivenciaram minha trajetória no curso de Relações Internacionais. Eu não estaria me formando sem o incentivo, apoio e inspiração que me deram.

*China's peaceful development has broken away from the traditional pattern where a rising power was bound to seek hegemony.*

CHINESE WHITE PAPER, 2011

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender a política externa chinesa no século XXI em relação a sua recente ascensão no Sistema Internacional e as alterações na sua política externa, de modo a avaliar seu posicionamento no sistema. Partindo das perspectivas teóricas marxistas, teoria sistema mundo e conceito de revolução, além de uma análise histórica, buscar-se-á avaliar as estratégias chinesas de inserção internacional. Admitindo-se como marco temporal o final da Guerra Fria, é perceptível profundas transformações na configuração do poder político mundial. A China emerge como um ator relevante nas relações internacionais, de modo a ameaçar o projeto americano, tornando-se um fator decisivo nas mudanças que estão reestruturando a ordem mundial. Mostra-se, portanto, necessário compreender o que a ascensão chinesa significa para a ordem global.

**Palavras-chave:** China. Hegemonia. Estratégias.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to understand the Chinese foreign policy in the 21st century regarding its recent rise in the International System and the changes in its foreign policy, in order to assess its position in the system. Based on Marxist theoretical perspectives - the World System theory - the concept of revolution, and utilizing historical analysis, this paper aims to evaluate the Chinese strategies for its international insertion. After the end of the Cold War, profound transformations in the configuration of world political power are perceptible. China emerges as a relevant actor in international relations, so as to threaten the American project, and becoming a decisive factor in the changes that are restructuring the world order. Therefore it is necessary to understand what the Chinese rise means for the global order.

**Keywords:** China. Hegemony. Strategies.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>3 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO SÉCULO XX.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 O ESTADO REVOLUCIONÁRIO CHINÊS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO SÉCULO XX.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2 POSIÇÃO CHINESA NA GUERRA FRIA: RUPTURA SINO-SOVIÉTICA E A APROXIMAÇÃO SINO-AMERICANA .....</b>	<b>37</b>
<b>3.3 OS PROTESTOS NA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL E A CONTRARREVOLUÇÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>4 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO SÉCULO XXI.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO .....</b>	<b>56</b>
<b>4.2 ANÁLISE DO EFEITO DA ESTRATÉGIA CHINESA .....</b>	<b>65</b>
<b>4.3 A NÃO INTENCIONALIDADE HEGEMÔNICA CHINESA.....</b>	<b>70</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende tratar sobre a política externa chinesa no século XXI em relação a sua recente ascensão no Sistema Internacional (SI) e as alterações na sua política externa. Com o término da Guerra Fria, ocorreram profundas transformações na configuração do poder político mundial e a emergência da China, desafiando o projeto americano de unipolaridade, é um fator decisivo na reestruturação da ordem mundial. Em vista disso, intenta-se, compreender o que a ascensão chinesa significa para a ordem global (CABRAL FILHO, 1996).

No período anterior ao final da Guerra Fria, a República Popular da China (RPC) se beneficiava da aproximação dos Estados Unidos (EUA) como forma de balancear a União Soviética (URSS), criando um triângulo estratégico e diplomático. A relação com os EUA permitiu uma aproximação igualmente com o ocidente, o que gerou muitos benefícios econômicos para a economia chinesa. A RPC utilizou esse período para focar no seu desenvolvimento interno, com as quatro reformas de Deng Xiaoping, nos anos 70, o que, posteriormente, criará as bases do crescimento econômico chinês extraordinário nas décadas seguintes. Ainda nesse período, é possível verificar, segundo Visentini (2011b), que a estratégia chinesa se fundamentava na aliança com os EUA e na abertura externa, para consolidar seu regime. Assim, a China reinseria-se no sistema internacional, como destino de investimentos estrangeiros diretos rumo à modernização. Até o final da Guerra Fria e início dos anos noventa, a China conseguiu estabelecer-se na ordem mundial.

A partir da década de noventa, há um novo período de Crise Sistêmica (WALLERSTEIN, 2004), devido ao fim do conflito entre EUA e URSS, com o colapso do estado soviético, conduzindo ao fim a bipolaridade. Segundo Cabral Filho (1996), no pós-Guerra Fria, houve tentativas por parte da potência restante de conduzir o SI, em termos hegemônicos, no campo político-econômico. Entretanto, esses esforços, por parte dos EUA, em conduzir esse processo falham em criar um ambiente mais pacífico nas Relações Internacionais.

Os anos noventa impõem um novo desafio a Beijing, pois a mesma torna-se uma “rival” da ordem global americana devido ao seu boom econômico, sistema diferente (Estado Revolucionário) e a necessidade americana de ter um inimigo no SI (HALLIDAY, 1999b). Entretanto, a transição para multipolaridade foi se estabelecendo, devido à emergência de novos pólos de poder. O ponto de inflexão na política externa chinesa utilizado neste trabalho

são os protestos na Praça da Paz Celestial (1989), como marco da mudança na política externa chinesa. Verifica-se que a aliança com os EUA<sup>1</sup> e o ocidente enfraquece-se sem a rivalidade com o bloco soviético. Com o início da Guerra ao Terror (2001), os EUA passam a agir ativamente no entorno estratégico chinês, estabelecendo bases militares na Ásia Central. Somado isso, a literatura do período passa a retratar os novos inimigos do Ocidente, sendo eles, nas palavras de Huntington (1993), as civilizações islâmica e confuciana, estabelecendo assim a ideia de “Perigo Amarelo”, que substituiria o “Império do Mal” soviético. Assim, criou-se no imaginário internacional a concepção de uma China que desejava conquistar o SI e derrubar a ordem ocidental (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1989; CABRAL FILHO, 1996; TODD, 2001; CHETERIAN, 2003; CLEGG, 2009).

No âmbito econômico, a China se destaca como um mercado emergente que, desde o fim dos anos 90, cresce num ritmo que hoje é caracterizado como “taxas chinesas de crescimento”, ou seja, taxas acima de 10% a.a. Apesar de ainda se encontrar no meio termo entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento, essa sociedade em transformação projeta-se ao exterior alterando a ordem internacional, o que tem sido observado pelo Ocidente com cautela (CABRAL FILHO, 1996).

De modo a adaptar-se a essa nova realidade, a primeira estratégia observável da República Popular da China (RPC), após o incidente, tem como objetivo o estabelecimento de uma ordem mundial “pacífica”, que seja favorável ao seu desenvolvimento e que se mantenha por um longo período. Essa estratégia começou a ser elaborada ao final dos anos noventa e, em 2003, é pronunciada pela primeira vez no Fórum Asiático de Boao. Assim, surge o conceito de Ascensão Pacífica<sup>2</sup> como modo de contrabalançar as impressões negativas que o Ocidente estava tendo do crescimento chinês. Segundo Pan (2009), foi uma declaração da nova política externa chinesa, que visa tranquilizar do Sistema Internacional em relação ao seu boom econômico. Assim, a China deixava claro que o destino da nação chinesa estava atrelado aos demais países e que, primordialmente, abandonava a possibilidade do isolacionismo (CABRAL FILHO, 1996; PEOPLE’S DAILY, 2005).

Dessarte, pautada nos princípios da coexistência pacífica<sup>3</sup>, a política externa chinesa

---

<sup>1</sup> Apesar das desconfianças, as relações comerciais entre os dois, desde os anos noventa, continuaram forte até os dias de hoje, sendo que a China é seu maior parceiro econômico (US Department of State, 2018).

<sup>2</sup> “Em novembro de 2003, em seu discurso na sessão plenária do Fórum de Boao para Ásia na província chinesa de Hainan, Zheng (2003) afirmou que a China abriu um novo caminho estratégico que é “o crescimento pacífico através da construção independente do socialismo com características chinesas”, enquanto, ao mesmo tempo, participando ao invés de separar-se da globalização econômica” (PAN, 2009, p. 129, tradução própria).

<sup>3</sup> Cinco princípios da coexistência pacífica (1954): (i) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (ii) não-agressão mútua; (iii) não interferência nos assuntos internos de cada um; (iv) igualdade e benefício mútuo; e, por fim, (v) coexistência pacífica (PEOPLE, 2019).

da Ascensão Pacífica também aborda a importância da globalização para o modelo de desenvolvimento chinês, buscando um mundo multipolar, com ênfase na manutenção e criação de boas relações com os demais países. Ainda, ela procura estabelecer um ambiente internacional pacífico de modo a apoiar seu desenvolvimento. Beijing tem aderido às organizações internacionais, em especial, a OMC, e tem incentivado o comércio exterior. Também, há um esforço para a democratização das relações internacionais e acabar com a mentalidade da Guerra Fria de desconfiança e belicosidade. Por fim, ela advoga pela resolução pacífica dos conflitos, em especial, os seus conflitos de fronteira (PEOPLE'S DAILY, 2005). Segundo Cabral Filho (1996), há a reivindicação perceptível por uma nova ordem internacional, “baseada na cooperação para o desenvolvimento sustentado de todos os países” (p. 214). Como exposto por Stuenkel (2017), ao invés de impor uma nova ordem, a China se integra à ordem pós-Guerra Fria, de modo a reformá-la por dentro. Podemos observar que a China se opõe “a toda e qualquer força hegemônica que tente impor-se pela força ou pressão política” (CABRAL FILHO, 1996, p. 216).

Assim, é possível observar que a China passa a focar-se num projeto de diversificação de parcerias e construção ou participação em organizações regionais e internacionais, de modo a criar um ambiente mundial propício para seu desenvolvimento, evitando o isolamento político. Essa estratégia faz parte do projeto de Estado chinês, pois os líderes do partido perceberam que o objetivo do século passado - construção de uma economia nacional forte e desenvolvida - não seria possível sem a ação simultânea no campo internacional. Desse modo, a China trabalha ativamente para a construção de um mundo multipolar como estratégia anti-hegemônica, uma vez que um sistema internacional hegemônico ameaça seu projeto. Isso, entretanto, não significa que a China age no SI desse modo devido a sua natureza benévola, mas esta estratégia auxilia nos seus objetivos e preserva seus interesses (CABRAL FILHO, 1996; PEOPLE'S DAILY, 2005; CLEGG, 2009).

A estratégia chinesa, deste modo, “trata-se de um projeto nacional de desenvolvimento de longo alcance e de enorme importância para o sistema de relações internacionais” (CABRAL FILHO, 1996, p. 212), pois visa responder ao duplo desafio de remodelar o sistema de modo a torná-lo mais estável e justa para alicerçar seu desenvolvimento. Ademais, os líderes do partido perceberem que o objetivo do século passado - construção de uma economia nacional forte e desenvolvida - não seria possível sem a ação simultânea no campo internacional. Como já fora mencionado, o Sistema Mundo - economia capitalista mundial - está em crise, segundo Wallerstein (2004), sendo que a característica fundamental de uma

crise sistêmica são as oscilações bruscas das estruturas e processos dentro do sistema. Somado a isso, segundo Halliday (1999b), as revoluções influenciam permanentemente a formação do sistema internacional. Em consonância com Severino Cabral Filho (1996), a ascensão chinesa necessariamente leva para uma mudança no SI, uma vez que suas características econômicas e políticas - especialmente por se tratar de um estado revolucionário - atuam no sistema de modo a causar alterações na polaridade. Desse modo, a China trabalha ativamente para a construção de um mundo multipolar como estratégia anti-hegemônica, que ameaça seu projeto de desenvolvimento interno.

Como já mencionado, os protestos da Praça da Paz Celestial, conjuntamente com o fim da diplomacia triangular, mostram uma nova realidade para a China no SI. A facilidade com que o ocidente muda sua relação com Beijing, oscila entre apoio e rejeição, e a crise política interna mostram a necessidade da China criar uma nova estratégia que não dependa da boa vontade dos EUA ou dos demais países ocidentais. Desta forma, no século XXI, vemos uma China nova, firmando acordos com todos os países possíveis e participando das organizações regionais, de modo a evitar o isolamento político. Isto, *per se*, não se caracteriza como um comportamento de uma futura *potência hegemônica*.

O presente trabalho tratará do seguinte problema de pesquisa: na política externa chinesa após o fim da Guerra Fria, pode se observar iniciativas que não correspondem a uma intencionalidade hegemônica. Para discutir essa questão, elaboraram-se as seguintes hipóteses: (i) como a política externa, a China busca uma posição intermediária, mas segura; (ii) pois a inserção chinesa é baseada na proteção de seus interesses e sobrevivência, sem, contudo, aspirar uma posição hegemônica, tendo em vista o seu esforço para integrar-se à ordem internacional e não substituí-la.

O objetivo geral do presente trabalho é compreender como a política externa chinesa no Pós-guerra Fria, em relação ao seu entorno regional e global, demonstra a sua não intencionalidade hegemônica no sistema internacional. Já os objetivos específicos são os seguintes: (i) entender a política externa chinesa no século XX e como foi a transição após os Protestos na Praça da Paz Celestial (1989); (ii) analisar a política externa chinesa no século XXI e suas estratégias de inserção; (iii) discutir a não intencionalidade hegemônica chinesa. De modo a testar as hipóteses levantadas pelo presente trabalho, será utilizada uma metodologia de análise qualitativa. Foi utilizada uma perspectiva marxista: a teoria sistema mundo de Immanuel Wallerstein e o conceito de revolução de Fred Halliday. Para tanto, fez-se uma revisão bibliográfica na qual se realizou a leitura de artigos científicos e livros de relações internacionais para levantamento e análise do que já se produziu sobre o tema.

Este trabalho se justificativa pela importância acadêmica do estudo das relações internacionais em relação à China. Este Estado tem afetado o sistema internacional e influenciando a configuração do poder mundial. Portanto, é importante aprofundar os estudos sobre China de modo a contribuir para a produção acadêmica brasileira e auxiliar na inserção internacional do Brasil.

Por conseguinte, através da análise das estratégias, (i) princípio “*um país, dois sistemas*”, (ii) *Ascensão Pacífica*, (iii) *diversificação de parcerias e criação de um mundo multipolar*, (iv) *Iniciativa Belt and Road (BRI)*, é possível perceber que a China, baseando-se nos objetivos-eixo (i) *soberania*, (ii) *modernização* e (iii) *estabilidade*, busca construir uma ordem internacional mais pacífica e estável para continuar seu projeto de desenvolvimento interno. A China está desafiando os EUA, não de modo a assumir sua posição, mas de modo a construir uma ordem multipolar que lhe serve melhor aos seus interesses.

No capítulo 2, serão operacionalizados alguns conceitos chave e teoria utilizada ao longo do trabalho. Estes são: *Teoria Sistema-Mundo*, *Revolução*, *Hegemonia e Multipolaridade*. Essa breve discussão teórica busca facilitar a compreensão da análise histórica feita nos capítulos 3 e 4.

No capítulo 3, buscou-se na história da Revolução Chinesa, passando por sua formação, consolidação e atualidade, de modo a entender como se constituíram os objetivos-eixo do Partido Comunista Chinês (PCC) e sua condição dentro do sistema mundo, como semiperiferia e Estado Revolucionário, os quais afetarão sua política externa no século XX e século XXI. Assim, dividiu-se em três momentos: o estado revolucionário chinês nas relações internacionais do século XX; a posição chinesa na guerra fria, passando pela ruptura sino-soviética e aproximação sino-americana; e, por fim, a praça de paz celestial e a contra revolução.

Já no capítulo final deste trabalho, serão analisados os objetivos-eixo e as estratégias de inserção china, seus efeitos no sistema internacional e a não intencionalidade hegemônica chinesa, de modo a responder o problema de pesquisa e confirmar as hipóteses.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS

Visando à melhor compreensão do tema analisado neste trabalho, realizamos r uma breve operacionalização dos conceitos e da teoria utilizados. A teoria utilizada ao longo do trabalho para fins de análise é a *Teoria Sistema-Mundo*. Os constructos de análise essenciais para este trabalho são: *Revolução, Hegemonia e Multipolaridade*.

A perspectiva utilizada para análise da posição chinesa no SI é a *Teoria Sistema Mundo*, que parte do pressuposto epistemológico de que a história molda os acontecimentos no SI e se afasta das teorias tradicionais que consideram o Estado como unidade básica de análise (HOPKINS et al, 1982). Essa abordagem baseia-se em uma leitura histórica do capitalismo nas esferas econômicas, política e social, bem como das hierarquias entre classes e nações. Assim, é uma perspectiva que concebe o sistema de acordo com as dinâmicas do capitalismo, como explicitado por Feldmann (2019, p. 345): “(...) as abordagens sistêmicas, por sua amplitude de enfoque, têm o mérito de pôr em tela aspectos cruciais como a dinâmica das relações internacionais, a interdependência de diferentes regiões, bem como suas assimetrias de poder e riqueza”.

Para entender essa perspectiva, é necessário compreender a característica fundamental de um sistema capitalista: a acumulação de capital. A acumulação com fim em si mesma é recompensada e os grupos que divergem dessa lógica são eliminados. Apesar dessa tendência de eliminação a sua oposição, esta não é absoluta, pois, dialeticamente, a expansão do capital tende a criar barreiras para si mesma. O SI devido a sua origem capitalista, é composto por ciclos sistêmicos. Esses ciclos sistêmicos são determinados pela expansão ou retração do capital. Para o autor, o século XXI representa justamente a intensificação dos limites do capital, ou seja, entramos num período de crise sistêmica ou de reorganização do capital (WALLERSTEIN, 2005; FELDMANN, 2019).

Outro conceito-chave de Wallerstein (2005) é a relação Centro-Periferia, que se refere aos mecanismos de transferência de capital de regiões periféricas, ou subordinadas, para o centro do sistema. Seguindo a linha de Braudel, esses mecanismos não são necessariamente econômicos e podem também se expressar pelo controle de rotas comerciais ou por relações assimétricas, como relações coloniais, com a periferia. São essas relações assimétricas que levam à acumulação de capital no centro. Assim, os desníveis de produtividade ou de valor agregado mantêm as trocas desiguais (WALLERSTEIN, 2001). Devido à diferença de níveis tecnológicos, os quais resultam em condições monopolísticas, a capacidade de acumulação da periferia do sistema é restringida. De modo a superar essas assimetrias, a periferia tende à

super exploração da mão de obra para dar continuidade à acumulação. Esses dois polos se mantêm dialeticamente.

Cada ciclo sistêmico é garantido por um polo hegemônico. Podemos tomar como exemplo o período da Pax Britânica como um ciclo hegemônico. O Ciclo hegemônico de Wallerstein (2003) é também explicado a partir das trocas desiguais entre centro e periferia. A cada crise do ciclo hegemônico há a necessidade de expandir a fronteira do sistema capitalista. A perda da hegemonia, dentro da perspectiva do Sistema-Mundo, portanto, está relacionada a aspectos econômicos, políticos e sociais que levam à perda de legitimidade da hegemonia. Aos poucos, a hegemonia vai perdendo vigor e é substituída por polos mais dinâmicos dentro do sistema, como ocorreu durante a mudança da hegemonia da Inglaterra para os EUA. É durante os períodos de crise e expansão da fronteira do sistema que a periferia assume um papel essencial, absorvendo os excedentes e exportações de capital em busca de redução de custos de produção. A exemplo disso é observável a transferência das indústrias para a China no final do século XX, tornando-a a ‘fábrica do mundo’ (FELDMANN, 2019). Por fim, para Wallerstein (2003), a hegemonia americana está em declínio desde 1970. Todavia, isso não implica o aparecimento de uma nova hegemonia.

As *Revoluções* também são um conceito importante para fazer a análise da China no século XXI. Segundo Halliday (1999a), as revoluções são um fenômeno comum na história recente, sejam elas burguesas, como a Revolução Francesa e a Inglesa, ou revoluções proletárias, como a Revolução Russa e Chinesa. A revolução é um processo historicamente formativo que cria dinâmicas próprias e altera o SI. Assim, este se torna um conceito importante para ser explicado no início deste trabalho, uma vez que é um aspecto importante para poder entender o papel da China no SI desde a sua formação revolucionária em 1949. Assim, segundo o mesmo,

durante grande parte da história moderna, as revoluções têm sido um fator importante, juntamente com a guerra, na formação da política mundial. Durante esse período, seu destino foi entrelaçado com o do sistema internacional. As revoluções aspiraram à transformação interna das sociedades, mas igualmente procuraram alterar as relações entre estados e nações. Eles fizeram isso não apenas provocando conflitos entre eles e buscando promover a mudança em outros estados, mas também buscando alterar as normas, as próprias maneiras pelas quais estados e povos interagiram. Em termos ideológicos e programáticos, uma revolução visa transformar uma sociedade interior: ela deve ser igualmente internacional ou não é nada (HALLIDAY, 1999a, p. 3, tradução própria).

O foco nas Revoluções, assim, fornece uma perspectiva alternativa para a análise das relações internacionais. A concepção de revolução como fenômeno significativo para as transformações no sistema permite que analisemos o século XX com mais propriedade, pois

podemos considerar que este período e o sistema internacional em si foram marcados por revoluções que alteraram profundamente a ordem mundial. O ponto chave para compreender as revoluções não se resume ao

desafio que eles representam para concepções estabelecidas do sistema internacional envolve não apenas a postulação de um internacionalismo revolucionário, mas também que, através do desafio que representam para [ideais] estabelecidas de Estado e soberania, eles abrem concepções alternativas das próprias relações internacionais (HALLIDAY, 1999a, p. 11, tradução própria).

Além disso, assim como as revoluções, há outro fenômeno das relações internacionais importante para a análise deste trabalho: a contrarrevolução. Esta é percebida como a tentativa de impedir, conter ou reverter revoluções. As pressões internacionais ou a reação internacional são fatores importantes para moldar não apenas as políticas dos estados revolucionários, mas também a resposta do sistema internacional a esses eventos. O autor argumenta que tanto é difícil exportar a revolução quanto acabar com ela. Assim, as revoluções quase sempre provocam uma resposta no sistema internacional, ou seja, a contrarrevolução internacional, a qual almeja a destruição do regime alternativo ao sistema vigente. Assim, Halliday (1999a) propõe:

se as revoluções visam, e até certo ponto conseguem, ter um impacto internacional, elas também são em grande parte afetadas por fatores internacionais: isso ocorre não apenas em termos da expansão ou consolidação internacional de suas revoluções, mas também em termos da evolução pós-revolucionária de suas próprias sociedades, que permanece sob a influência de fatores externos (HALLIDAY, 1999a, p. 20, tradução própria)

Nesse contexto, as revoluções são internacionais. Não obstante, revoluções, segundo o autor, seguem a fórmula que surgiu no final do século XVIII: “grandes transformações políticas e sociais no contexto de uma modernidade contraditória envolvendo participação de massa e a aspiração de estabelecer uma sociedade radicalmente diferente” (HALLIDAY, 1999a, p. 21). Por criar um modelo de Estado-nação alternativo e por afetar o sistema internacional em si, as revoluções representam um desafio para o mesmo. Ele apresenta as experiências revolucionárias comunistas como exemplo. Assim como, em 1917, o surgimento da União Soviética alterou o sistema internacional até 1989 e confrontou o modelo americano, moldando as relações desse período - mostrando que grande parte dos acontecimentos nesse período foram uma resposta à URSS; a sua queda ilustra o impacto que as revoluções possuem no SI. Ainda, o autor cita a rápida transformação do Estado chinês no mesmo período também como um fator importante nas transformações do SI nesse mesmo período. Tanto o surgimento de uma revolução quanto o seu fim impõem contradições ao sistema internacional.

Por conseguinte, as revoluções fazem parte da fundação dos Estados, da política e do sistema internacional moderno. Por esse motivo, para entender a China do século XXI, faz-se necessário analisar seu processo de formação histórico e revolucionário, assim compreendendo os fatores internos e externos que afetam suas estratégias.

Fundamentalmente, a tese de Halliday (1999a), é de que a revolução a guerra e o nacionalismo são elementos, que configuram a distribuição de poder no Sistema Internacional. Em contraposição a outros processos que moldaram o sistema moderno, as revoluções influenciam permanentemente a formação do sistema. Assim, qualquer análise da política internacional deve considerar as revoluções, caso contrário ela se faz incompleta. , desafiam o Sistema Internacional e invocam concepções alternativas às Relações Internacionais, dentro de um quadro de transformação estrutural de uma ordem para outra. Essa mudança do sistema, segundo Halliday (1999b), dá-se de forma brusca, mas não necessariamente violenta. Assim, do mesmo modo que a Revolução Russa em 1917 criou um modelo alternativo de Estado-nação, a Revolução Chinesa de 1949 também o fez.

Algo que diferencia as Revoluções de outros fenômenos das Relações Internacionais é que elas reivindicam algo novo. Estados revolucionários causam mudanças de longo alcance tanto no âmbito doméstico como no internacional. Para Halliday (1999b), o elemento internacional é tido como fundamental para as revoluções, pois elas são sempre acontecimentos internacionais. As revoluções estão intrinsecamente ligadas ao sistema internacional, pois elas afetam profundamente as relações entre Estados e Nações, e a ordem internacional em si.

Além de alterar o sistema internacional, as revoluções criam uma nova ideologia que provoca transformações sociais internas e as projeta no sistema internacional. A exemplo disso, podemos pegar as revoluções burguesas (Revolução Inglesa e Francesa) ou as revoluções socialistas (Revolução Russa e Chinesa) as quais produziram grandes efeitos internos e externos (ARMSTRONG, 1993).

A política externa do Estado Revolucionário tem objetivos diferentes da diplomacia tradicional.

Portanto, a revolução tornou-se uma questão importante na Guerra Fria, pois afetou tanto a competição por influência entre as superpotências quanto a disputa entre os sistemas político-econômicos que cada um representa. Nesse contexto, pode-se dizer que a Guerra Fria intensificou o padrão familiar pelo qual os estados revolucionários provocam respostas contra-revolucionárias de outros estados, com um aumento geral da tensão internacional como consequência inevitável” (ARMSTRONG, 1993, p. 169, tradução própria).

Deste modo, o autor afirma que a revolução deve adaptar-se constantemente ao sistema vigente. Isso ocorre, pois os Estados Revolucionários representam um problema por desafiarem a ordem existente.

Por fim, a tese central de Halliday (1999b) é a ruptura no sistema internacional que uma revolução causa. Essa ruptura desafia o *status quo* e causa a contrarrevolução. A Revolução Chinesa em 1949 criou o estado moderno chinês e também criou contradições no sistema internacional que levam a necessidade de se adaptar constantemente às suas reações. Os fatores internacionais, deste modo, constroem e condicionam o desenvolvimento interno pós-revolucionário.

Outro conceito importante para este trabalho é a *hegemonia*. Arrighi propõe que a diferença entre a hegemonia e uma potência é a sua capacidade ou vontade/desejo/intenção de liderar o sistema, de maneira a melhorar o poder coletivo dos grupos dominantes do sistema (ARRIGHI, 2008; CLEGG, 2009). A hegemonia é exercida por meio do consentimento e coerção para liderar os grupos dominantes; este deve servir aos interesses dos grupos dominados assim como os seus próprios. Por sua vez, isso envolve não apenas o domínio econômico e tecnológico, que permite que o escopo forneça incentivos materiais, mas também as dimensões políticas e ideológicas da influência. Devemos lembrar que Wallerstein foca nas assimetrias das relações. Dentro de uma perspectiva marxista, a superestrutura, ou seja, as dimensões políticas e ideológicas partem do modo de produção, a infraestrutura. A exemplo disso, podemos analisar a hegemonia americana. A ordem norte-americana não se resume a ameaça do uso da força, há também a criação de instituições - FMI, Banco Mundial, ou mesmo *American Way of Life* - que moldam o padrão das relações internacionais, estabelecendo regras gerais para o comportamento dos estados. Deste modo, a hegemonia garante soluções para os problemas globais que privilegiam seus interesses, mantendo relações consensuais com os países do centro e da periferia do sistema (ARRIGHI, 2008; WALLERSTEIN, 2001; CLEGG, 2009).

O projeto hegemônico dos EUA é de fato uma aspiração, contestado e potencialmente contraditório, suas relações com seus aliados são consensuais e conflitantes, ou seja, é dialético. Ainda, conforme Wallerstein (2001), a hegemonia americana está em declínio e para garantir sua posição no SI, os EUA têm se utilizado da sua capacidade militar para resolver os problemas globais, como a Guerra ao Terror, mas também faz acordos com outros Estados, principalmente com aqueles que rejeitam sua posição. É perceptível que a estratégia política da sua liderança hegemônica se baseia em ações unilaterais que geralmente mantêm as crises que se propõem a resolver.

Por fim, há dois conceitos interligados que são necessários neste trabalho: a unipolaridade e a multipolaridade. Começaremos pela *unipolaridade*, que exprime um mundo unipolar no qual o padrão das relações internacionais se concentra em um único país, a hegemonia. Na tentativa de criar um sistema unipolar, os EUA criam normas e instituições, de modo a tornar impossível a coalizão de outras forças para desafiar sua liderança. Apesar dos EUA atingirem seus objetivos trabalhando com outras potências, não significa que o mundo está se tornando multipolar. Essa confusão ocorre pela falta de entendimento da diferença entre unipolaridade e unilateralismo. Uma hegemonia pode agir unilateralmente ou multilateralmente; a participação de um ou mais países, seus aliados subordinados, nas ações da hegemonia não significam que possam concorrer com a hegemonia. Para tanto, o concorrente deve ter força para impor suas próprias regras de modo consciente para alcançar seus interesses (CLEGG, 2009).

Em contrapartida, a *multipolaridade* denota um padrão de múltiplos centros/polos de poder, todos com alguma capacidade de influenciar o sistema internacional, moldando o SI através da negociação. A multipolarização recente relaciona-se, então, com o crescente papel dos demais estados na formulação das normas e instituições do sistema internacional. O crescente papel da Europa e do Japão, representantes do centro, mas também a ascensão da periferia, em associações regionais como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, União Africana (UA), Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Desse modo, a ascensão da periferia e semiperiferia desempenham um papel fundamental na multipolarização em meio ao declínio da hegemonia americana. A estratégia americana tem como principal inimigo o progresso econômico e social das demais partes do mundo, pois dialeticamente depende da manutenção de espaços periféricos. Assim, os EUA não admitem nenhum outro projeto, principalmente, um projeto de mundo multipolar, o qual é uma estrutura necessária para projetos alternativos. Ainda, a multipolaridade aumenta a possibilidade de soluções pacíficas para a solução de conflitos (CLEGG, 2009).

Por conseguinte, através da operacionalização dos conceitos e teoria, é possível agora analisar as estratégias chinesas nos campos doméstico e internacional de modo a testar as hipóteses do presente trabalho. O próximo capítulo trabalhará com a formação do Estado Revolucionário Chinês e sua atuação no sistema internacional até o fim do século XX.

### 3 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO SÉCULO XX

O século XX, para a China, pode ser definido como o século de grandes transformações, as quais alteraram tanto sua configuração interna quanto externa. Neste período, temos o Século da Humilhação<sup>4</sup>, as Guerras de Libertação Nacional e Civil, a Guerra Fria, as Sanções Econômicas<sup>5</sup>; a China consegue ultrapassar esses obstáculos e construir a nação chinesa como conhecemos hoje. Sem a análise desse período, não é possível compreender as ações chinesas no século XXI. Os seus objetivos-eixo são construídos nesse período e são essenciais para entender as estratégias de inserção chinesa. Assim, iniciaremos o presente trabalho através da análise histórica do século XX até 1989.

A expansão do capitalismo europeu para a Ásia causou um choque nas estruturas tradicionais asiáticas, perturbando a estabilidade e as relações de poder na região. Ainda, isso desencadeou processos modernizantes que romperam com a ordem asiática sinocêntrica e deram início a formação dos Estados modernos asiáticos. A China, até o século XIX, estava isolada do Sistema Internacional (SI) e não tinha interesse no comércio com as potências europeias, dado que os produtos chineses eram superiores aos europeus<sup>6</sup>. Isto posto, o comércio entre a China e as potências europeias era deficitário e isso motivou, mais tarde, as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), dando início ao Século da Humilhação com os Tratados Desiguais<sup>7</sup>. Este período foi marcado pelas constantes ingerências estrangeiras levando ao progressivo enfraquecimento de soberania chinesa (SENISE, 2012).

---

<sup>4</sup> O Século da Humilhação é um termo que surge no século XX e refere-se aos 110 anos de humilhação que a China viveu entre 1839-1949. Durante esse período, a China perde uma série de guerras, entre elas as Guerras do Ópio, levando aos Tratados Desiguais que foram cerceando a soberania chinesa. Ainda nesse período, a China chegou ao status semicolonial. Desse modo, o Século da Humilhação refere-se ao período no qual a China, por conta da ingerência estrangeira, perde diversos territórios e conseqüentemente perde parcialmente sua soberania (VISENTINI, 2012).

<sup>5</sup> O conceito de Sanções Econômicas utilizado neste trabalho é de acordo com Garfield (2002). Este autor define sanções como “instrumentos de pressão internacional que se situam entre a diplomacia e a força armada”, com o objetivo de alcançar fins políticos, evitando assim o confronto direto e o gasto militar (Garfield 2002, 94. tradução própria).

<sup>6</sup> No século XIX, a Inglaterra, em plena transição para a Segunda Revolução Industrial, demandava mais matérias-primas a baixo custo e novos mercados consumidores de suas manufaturas. A China ganhou a atenção da Coroa britânica devido a produção de produtos de luxo como seda, porcelana e chá, sendo que o último era comprado cerca de 360 mil toneladas em 1830. Entretanto, devido ao desinteresse chinês nos produtos europeus, a Inglaterra possuía um comércio deficitário com a China. Para mudar essa situação, os britânicos descobriram que havia um amplo mercado da droga ópio na China e, assim, passaram a exportar ópio produzido na Índia para equilibrar sua balança comercial com a China (VISENTINI, 2012).

<sup>7</sup> Os Tratados desiguais ou iníquos referem-se a uma série de tratados firmados nos séculos XIX e XX entre a China e potências estrangeiras, como Alemanha, Japão, Grã-Bretanha, França e Rússia, após sofrer derrotas militares ou sofrer ameaça de invasão. Esses tratados levaram a abertura progressiva, exploração, perda de portos e territórios, indenizações, entre outras concessões as potências industriais. Um destes tratados é o Tratado de Nanquim (1842), formalizado pela Inglaterra, no qual a China perdeu alguns portos e, em especial, perdeu a soberania sobre Hong Kong, a qual só recuperou em 1997. Esses tratados levaram a mudanças radicais na sociedade chinesa e nas relações do Império do Meio e o mundo. Além das ingerências externas, a dinastia Qing enfrentava graves problemas internos que ameaçavam a integridade do território. Assim, essa dinastia recorreu

Desse modo, a China se tornou a próxima fronteira para o imperialismo europeu, apesar de não ser uma conquista tão fácil quanto as experiências anteriores. “O Tratado de Nanquim [(1842)] marcou o início da escalada imperialista das potências ocidentais que, em meio século, conseguiu provocar o esgarçamento da soberania do Império Chinês e sua fragilização administrativa e financeira” (SENISE, 2012, p. 121).

A China do início do século XX era majoritariamente um país agrário com cerca de 80% de sua população<sup>8</sup> sendo camponesa e vivendo em pequenas vilas no interior do país sem infraestrutura adequada às conectando. A dinastia Qing, neste mesmo período, se aliou às potências estrangeiras para se manter no poder apesar de sua má gestão. Em 1911, começaram as rebeliões contra os Qing, os quais perderam o Mandato dos Céus<sup>9</sup>, levando ao estabelecimento da República em 1912. Entretanto, este novo governo não tinha força para estabelecer a ordem, o que desencadeia o período chamado de “Era dos Senhores da Guerra”. “A partir de então o país se tornaria palco de disputas entre as duas grandes forças políticas emergentes: os nacionalistas e os socialistas” (SENISE, 2012, p. 119). A dominação estrangeira, decorrente dos Tratados Desiguais, levou ao declínio do artesanato rural e consequentemente causando o aumento do desemprego. Além disso, esta dominação se fez presente por meio de indústrias, bancos e diversas atividades comerciais. Em 1928, o nacionalista Chiang Kai-shek, do Kuomintang (KMT), conseguiu subir ao poder até 1949. Ele tinha apoio dos britânicos e dos americanos. O novo governo, entretanto, não conseguiu transpor as inúmeras dificuldades para restabelecer a unidade territorial e administrativa da China (SHENG, 2012; SENISE, 2012).

Abertura forçada para o ocidente, com a concessão de portos e territórios, levou a fragmentação dos territórios, conforme a dinastia Qing perdia poder. No início do século XX,

---

aos invasores estrangeiros para combater as revoltas que se instauraram no império, um símbolo de que eles haviam perdido o mandato dos céus. As potências estrangeiras aceitavam auxiliá-los para manter e ampliar os tratados desiguais (SENISE, 2012).

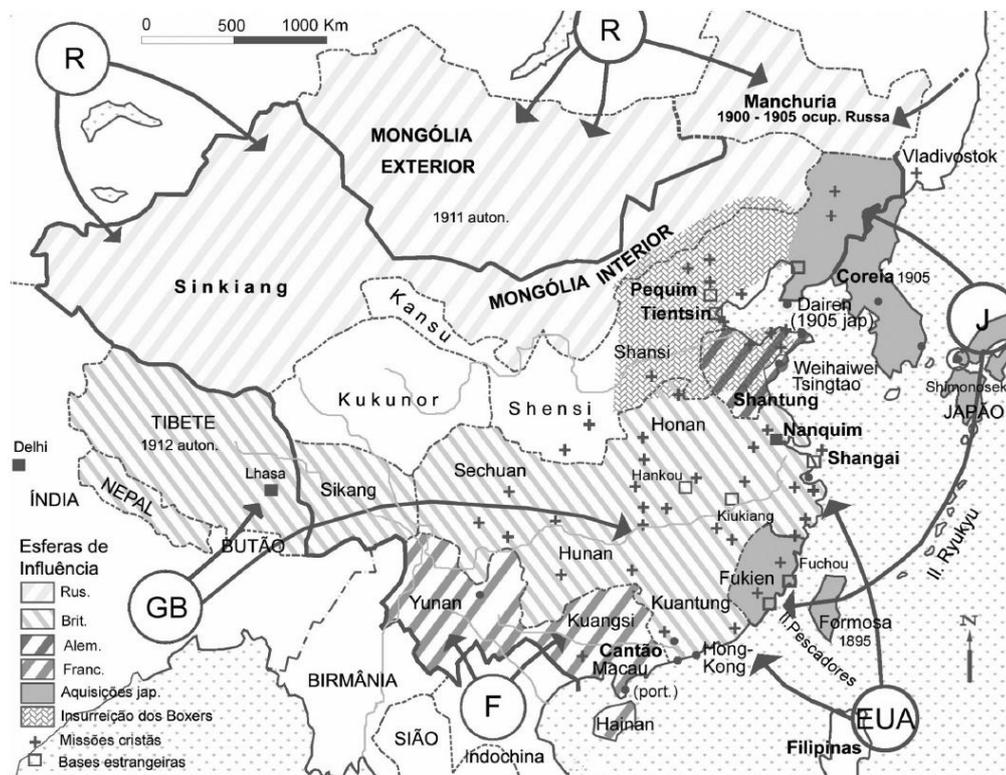
<sup>8</sup> População estimada em 500 milhões de habitantes (SHENG, 2012)

<sup>9</sup> “Mandato do Céu (*Tiānmìng* - 天命) é um conceito filosófico chinês que estabelece o direito para governar e o direito para se rebelar. O mandato determina se um imperador da China é suficientemente virtuoso para governar. Se ele não cumprir suas obrigações como imperador, ele perde o mandato e, portanto, o direito de ser imperador. Existem quatro princípios para o mandato: (i) O céu concede ao imperador o direito de governar; (ii) Como existe apenas um céu, só pode haver um imperador a qualquer momento; (iii) A virtude do imperador determina seu direito de governar; e, (iv) nenhuma dinastia tem o direito permanente de governar. Os sinais de que um governante em particular havia perdido o mandato do céu incluíam revoltas camponesas, invasões de tropas estrangeiras, secas, fome, inundações e terremotos. Se uma rebelião foi bem-sucedida em derrubar o imperador, era um sinal de que ele havia perdido o mandato do céu e que o líder rebelde o conquistara. O mandato do céu não depende de nascimento real ou mesmo nobre. Qualquer líder rebelde de sucesso poderia se tornar imperador com a aprovação do Céu, mesmo que ele nascesse camponês” (SZCZEPANSKI, 2019).

a China era governada pelos senhores da guerra<sup>10</sup> e um fraco governo dominado pelo KMT. Assim, até a Revolução Comunista chinesa, a China estava dividida em áreas de concessão entre as potências europeias e japonesa e, no interior, “em províncias autônomas dominadas por elites proprietárias ou por chefes militares locais, cuja importância fora crescendo à medida que o poder imperial centralizado desmoronava” (SENISE, 2012, p. 122).

Além da abertura forçada, a concessão de territórios marca um momento crítico na administração do governo Qing, pois há a progressiva perda do controle de suas principais cidades e portos. As potências europeias não queriam “abrir mão de obter mais vantagens na China e regiões vizinhas, pois [...] o jogo de equilíbrio e poder tinha sido transferido da Europa para novos cenários, na África e na Ásia” (SENISE, 2012, p. 122). Esta expansão criou novas hostilidades e reanimou antigas, o que mais tarde desencadeou na Primeira Guerra Mundial. Num breve período, o Império do Meio havia sido espoliado.

**Figura 1- Mapa da China em 1912**



Fonte: Senise (2012, p. 118)

<sup>10</sup> O período dos Senhores da Guerra refere-se ao intervalo entre a morte do primeiro presidente da República Chinesa, Yuan Shih-k'ai (1916), até a reunificação da China em 1928 pelo Kuomintang. Embora o governo central continuasse a desempenhar suas funções em Beijing, a autoridade deste no resto do território era praticamente nula. Assim, os Senhores da Guerra, governadores militares – *tuchun* -, tomaram o poder nas localidades e passaram a lutar entre si. No decorrer desses doze anos, houve cerca de 160 guerras (ROBERTS, 1989).

Conforme a figura 1, no ano de 1912, é perceptível que a China perdeu o controle de quase todo seu território, chegando ao status semicolonial. Não somente as potências europeias participaram na divisão do território chinês, mas o Japão também. Apesar das divergências, em relação ao de modo recuperar os territórios perdidos, combater as invasões estrangeiras e os “senhores da guerra”, o PCC fez uma aliança com os nacionalistas, liderados por Sun Yat-sen, assim agiram juntos para promover a reunificação do país. “Dessa aliança resultaram algumas vitórias até que, em 1925, com a morte de Sun Yat-sen, o entendimento entre comunistas e nacionalistas tornou-se cada vez mais difícil” (SENISE, 2012, p. 123). Esta aliança não durou muito, logo em 1927, Chiang Kai-shek, o novo líder do Kuomintang, dá um golpe de estado, junto com os conservadores e banqueiros chineses, rompendo, então, com os comunistas e massacrando-os. À vista disso, sob a liderança de Mao Tse-tung, uma parte dos comunistas se refugiou nas montanhas, de modo a fazer uma retirada estratégica. No interior, o PCC teve maior contato com a massa camponesa e pode preparar melhor o movimento, que mais tarde formara a Grande Marcha, para implantar mudanças radicais na China.

Esse rompimento entre os partidos socialista e nacionalista desencadeou uma guerra civil que durará até 1949 com a vitória do PCC. Em meio ao conflito interno, em 1937, a China é invadida pelo Japão, dando início a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Nesse contexto, a Revolução Chinesa assumiu também o objetivo de expulsar a invasão nipônica, transformando a revolução em Guerra de Resistência Anti-japonesa. Diante disso, os partidos nacionalista e comunista uniram suas forças para formar uma frente única armada contra o inimigo estrangeiro (POMAR, 2003). Entretanto, essa união foi breve. Percebendo que, ao deixar o PCC combatendo o Japão sozinho, eliminariam dois problemas de uma vez só, enfraquecendo os comunistas e recuperando os territórios, o partido nacionalista reservava suas forças. O acordo entre o PCC e o KMT foi rompido em 1945, quando o Japão foi derrotado pelos Aliados e terminou a Segunda Guerra Mundial (SENISE, 2012).

Desse modo, “até a expulsão final do Japão, o [Kuomintang] teve como política ser ‘ativo contra os comunistas’ e ‘passivo contra os japoneses’” (POMAR, 2003, p. 63). A ideia por trás desta estratégia era sair da guerra em vantagem em relação aos comunistas que teriam suas forças enfraquecidas com o esforço contra os japoneses. Logo, seriam incapazes de suportar uma nova guerra civil. Além disso, as políticas internas dos nacionalistas mantiveram as condições injustas dos camponeses, operários e setores médios, mantendo os latifúndios, as taxas de arrendamento e buscou ampliar os lucros das burguesias burocrática e estrangeira, aumentando o descontentamento popular.

Já os comunistas, percebendo a estratégia do Kuomintang, “conclamaram todas as Forças Armadas chinesas, inclusive o Exército Vermelho, a apoiarem a declaração de Chiang Kai-chek, em julho de 1937, de "assumir a responsabilidade de resistir ao Japão e defender a pátria" (POMAR, 2003, p. 64). Em 1942, os dirigentes do partido tinham em mente a necessidade de unificar as políticas da Guerra de Resistência, após perdas contra o Japão, o qual, em razão do final da Guerra, adotou uma política de “queimar tudo, matar tudo, pilhar tudo” (POMAR, 2003, p. 67). A unificação territorial era um dos pilares do Partido Comunista; junto a isso, a resistência anti-japonesa também se encaixava nesse objetivo. Assim, Mao percebeu que era imprescindível a aliança com os nacionalistas, o que não os impedia de se defenderem em caso de o KMT atacá-los (1939, 1940 e 1941).

O Kuomintang, apesar de receber auxílio externo, especialmente dos EUA, não conseguia resolver os problemas da China do Pós-Guerra. Enquanto isso, o PCC ganhava terreno no interior com o Exército de Libertação Popular através da estratégia do cerco das cidades pelo campo. Aos poucos, o Partido Comunista derrotou os exércitos do KMT, obtendo progressivo controle sob os territórios chineses até dominar Pequim e proclamar a República Popular da China em 1949. Na perspectiva dos comunistas chineses, com apoio da população, era necessário fechar novamente as portas para poder focar nos problemas internos e reconstruir o país, o qual estava dilacerado pela desintegração territorial, espoliação e exploração estrangeira. Apesar da reconquista ter sido efetiva, as colônias de Hong Kong e Macau permaneceram no poder das potências europeias até o final do século XX (SENISE, 2012).

O Século de Humilhação (1839 - 1949) é um conceito usado pelo Partido Comunista Chinês e pelo Kuomintang para definir os cem anos de humilhação nacional que a China sofreu durante o imperialismo ocidental e japonês. Durante esse período, a China perdeu todas as guerras que travou e, conseqüentemente, teve que ceder em tratados importantes para as grandes potências. Depois de diversos conflitos com as potências europeias e mais tarde, a japonesa, a China foi perdendo sua soberania através dos Tratados Desiguais chegando a um status semicolonial. A dominação estrangeira, com a concessão de portos, faixas do território, isenções alfandegárias, controle de ferrovias para exportações e importações, levou à falência do artesanato rural e provocou um considerável aumento do desemprego. Assim, a população chinesa sofria com a opressão das três grandes classes: a burguesia estrangeira, os grandes proprietários rurais/senhores da guerra; e a burguesia burocrática articulada pelo Estado Qing. A exploração das camadas mais subalternas da sociedade chinesa gerou insatisfações que mais tarde culminaram em um novo processo revolucionário (POMAR, 2003; SHENG,

2012). Ainda,

os membros da elite podiam disseminar sua influência através de redes de alianças e associações regionais que tinham suas sedes em cidades grandes. Assim, além de reforçar seu domínio sobre os negócios e a política locais, podiam explorar o novo crescimento econômico que estava em marcha nas primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, os interesses comerciais e industriais estavam se tornando fatores significativos na vida social e política chinesa. Um grupo numericamente pequeno, mas politicamente significativo, dos senhores rurais próximos das cidades portuárias tinha começado a fusão com essa classe burguesa e transformara-se em *rentiers*. Os trabalhadores urbanos também fizeram suas primeiras aparições de modo tempestuoso e violento. Foi dentro desta situação que o Partido Nacionalista, o [Kuomintang], foi reorganizado em 1923 por Sun Yat-sen (1866-1925), seguindo o *modus operandi* leninista (SHENG, 2012, p. 13-14).

A futura aliança entre União Soviética e a nova nação comunista chinesa era tida como um passo natural, uma vez que, em meio a Guerra Fria, a China comunista só receberia apoio do bloco socialista. Apesar disso, esse apoio foi mais escasso até a formação do Estado em 1949.

A Guerra Fria<sup>11</sup> para a China pode ser dividida em dois períodos, a relação com a URSS e a relação com os EUA. As Revoluções Russa e Chinesa tiveram grandes impactos no Sistema Internacional, marcando especialmente a segunda metade do século XX. Conforme Halliday (1999a) expôs, as revoluções tiveram um profundo impacto nesse século e não é possível analisá-lo sem considerar o que ocorreu na URSS e na China. O pós-1945 e até o pós-Guerra Fria foram moldados pelas revoluções socialistas.

No próximo subcapítulo, será analisada brevemente a formação do Estado Comunista Chinês e sua atuação no sistema internacional até a ruptura sino-soviética e a aliança com os EUA. Faz-se necessária essa divisão, pois os objetivos-eixo apesar de serem os mesmos, há uma mudança na estratégia para alcançá-los, sendo assim necessário analisar esses dois períodos separadamente.

---

<sup>11</sup> O conflito entre o bloco capitalista e socialista se deu em uma ordem política, militar, tecnológica, econômica e social. O conflito direto se tornou inviável, devido ao medo da devastação nuclear, logo as duas potências se dedicaram a participar de conflitos periféricos, como a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã, para enfrentarem-se (Hobsbawm 1995).

### 3.1 O ESTADO REVOLUCIONÁRIO CHINÊS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO SÉCULO XX

A breve contextualização sobre China pré-revolucionária é necessária para compreender seus objetivos logo após a sua formação e nos períodos seguintes. Ainda, a sua relação com a URSS e com os EUA determinaram as fases seguintes da organização interna e externa. Sendo assim, não é possível entender os desdobramentos de 1949-1989 sem ter em mente o fato de que a China tem características particulares, além de compartilhar um regime socialista com a URSS. Neste subcapítulo será explanada a formação do Estado chinês, seus objetivos imediatos e sua relação com as grandes potências em contexto de Guerra Fria.

A Revolução Chinesa foi uma reação da sociedade ao imperialismo europeu e japonês. Ademais, um dos objetivos chave, além de expulsar a presença estrangeira, era retomar os territórios e unificar a China. Segundo Halliday (1999b), “são pontos de transição e de formação” (p.143) que geram um novo modelo de Estado que sofrerá pressões do sistema para que volte ao *status quo*. Assim, esse Estado recém-formado conduzirá sua política externa de modo a preservar a sua existência, pois “os fatores internacionais e o sistema como um todo constroem o desenvolvimento interno [pós-revolucionário] dos Estados e determinam as suas evoluções políticas, sociais e econômicas” (HALLIDAY, 1999b, p.149).

Após a proclamação da república e em clima de paz armada, em 1950, a China encontrava-se destruída, com uma população estimada em quinhentos milhões de habitantes. Destes, muitos estavam desempregados. A infraestrutura e a indústria estavam ineficientes. A produção alimentícia, já prejudicada pelo contexto de guerra, havia, em grande parte, havia sido perdida. Seu principal objetivo pós-revolução era focar em seus problemas internos. Como resultado, o surgimento do Estado chinês sofrerá pressões externas hostis para voltar à conformidade e terá de lidar com os problemas políticos, sociais e econômicos decorrentes (HALLIDAY, 1999b; POMAR, 2003).

A proclamação da República Popular da China ocorreu no dia 1º de outubro de 1949. Entretanto, o PCC e os partidos aliados ainda não haviam conquistado toda a China. O Kuomintang se retirava para a Ilha de Formosa após a sua derrota. Assim, faltava para o Partido Comunista a reconquista do Tibete, de Hong Kong, Macau e Taiwan. Apesar de conseguir alcançar parcialmente um dos objetivos fundamentais do partido, a China logo foi isolada pela maioria dos países, os quais retiraram seus embaixadores, bens e empresas, transferindo-se para Taiwan. Além disso, a paz que se instaurava era uma paz armada, pois o país se encontrava bloqueado pela 7ª Esquadra dos EUA. Além disso, havia forças hostis na Coreia, em Taiwan, na Indochina e um exército do KMT permanecia ao sul da China. Os

EUA se opuseram ao reconhecimento do Partido Comunista Chinês pela ONU<sup>12</sup>. Logo após a proclamação da República Popular da China, desencadeou-se a Guerra da Coreia. A expectativa americana era de que esse conflito, tendo em vista a participação dos comunistas chineses, levaria ao enfraquecimento das forças chinesas e propiciaria o retorno do Kuomintang ao continente (POMAR, 2003; VISENTINI, 2011a).

Em 1950, com cerca de quinhentos milhões de habitantes, a China estava destruída em função do esforço da guerra sino-japonesa e da guerra civil contra o Kuomintang. “Suas ferrovias e rodovias encontravam-se sem condições de uso. As indústrias, além de poucas e atrasadas, encontravam-se inoperantes” (POMAR, 2003, p. 83). Os transportes entre cidade e campo haviam sido prejudicados, quase paralisando o fluxo de mercadorias. Havia escassez de alimentos e desemprego em massa. O novo governo tinha uma situação extremamente delicada no setor de comunicações e infraestrutura quase completamente destruídas, com regiões desconectadas, beirando a anarquia. A indústria chinesa era muito pequena e estritamente para consumo interno. A indústria pesada, como a siderurgia, se limitava a Manchúria, outrora ocupada pelos japoneses. A China “não possuía nenhuma indústria de produção de bens de capital, química, de equipamentos de transportes e de geração de energia, ou seja, do ponto de vista industrial, era extremamente atrasada” (POMAR, 2003, p. 83). A infraestrutura instalada pelos capitais estrangeiros era destinada apenas ao escoamento das exportações de matérias-primas agrícolas e minerais (SHENG, 2012).

Desse modo, o objetivo-eixo da nova China era assegurar sua segurança, pois ela se encontrava isolada internacionalmente e ameaçada militarmente. Outra grande preocupação do PCC era recuperação econômica, diminuir a inflação, reduzir o desemprego e criar condições para o desenvolvimento. Em junho de 1950, foi promulgada a Lei da Reforma Agrária criando um novo sistema agrário (POMAR, 2003).

Logo após o fim do período revolucionário chinês e da guerra civil, a China precisou entrar em uma nova guerra: a Guerra da Coreia (1950-1953). Esta escolha foi necessária por conta da aliança com a URSS em 14 de fevereiro de 1950 com o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético; e, também, pela proximidade estratégica da Coreia (SHENG, 2012).

O PCC, criado em 1921, foi profundamente influenciado pela Revolução Russa de 1917, marcando a primeira revolução internacional de cunho socialista. As visões e princípios

---

<sup>12</sup> Após a fuga do Kuomintang a Taiwan, Chiang Kai-shek recorreu a ONU. Os EUA não reconheceram a República Popular da China e recusaram a delegação enviada por Mao Tsé-Tung para ONU, reconhecendo somente o governo em Taiwan como o legítimo governo da China continental (SHENG, 2012).

adotados pelos dirigentes chineses tiveram inspiração na revolução de 1917. Além disso, o Partido Comunista Chinês recebeu amplo apoio da então União Soviética, marcando o início das relações entre os dois. Apesar dessa inspiração nos conceitos marxista-leninistas, esse modelo não podia ser implementado do mesmo modo que foi na URSS. A China havia se transformado com a ingerência estrangeira “em função do desenvolvimento industrial que fazia surgir grandes empresários capitalistas e também um grande número de trabalhadores industriais” (SENISE, 2012, p. 122). Ainda assim, conforme mencionado, a principal força de trabalho da China era camponesa. Desse modo, as ideias e valores marxistas que chegaram ao solo chinês foram reformulados para se adaptar à realidade chinesa. Os dirigentes do partido, após muitos debates, perceberam que os chineses eram explorados pelos imperialistas estrangeiros do mesmo modo como a burguesia explorava o proletariado em outros países capitalistas. Essa alteração foi necessária para disseminar o marxismo na China.

O Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético convencionou certos litígios que atrapalhavam a relação entre ambos, como a questão da Manchúria e Xinjiang, mas o principal ponto foi a prestação de empréstimos de 300 milhões de dólares da URSS. A relação com a União Soviética não era algo tão natural como se pensaria pela semelhança de visões e valores, essas divergências ficariam cada vez mais evidentes culminando em poucos anos na Ruptura Sino-Soviética (1956-1966). Assim, a relação próxima com a União Soviética foi essencial para assegurar a ajuda econômica para a reconstrução e proteção militar (VISENTINI, 2011a; SHENG, 2012).

Apesar da entrada em um novo conflito bélico ter causado perdas econômicas e humanas, a economia de guerra facilitou o processo de submissão do setor privado aos planos de produção do governo. Inicialmente, o governo focou no confisco de propriedades estrangeiras, mantendo os setores individual, capitalista, coletivo ou cooperativo, e misto estatal-privado. A situação da economia interna, aliada à capacidade produtiva do país, levou os dirigentes do partido a utilizar, o modo de produção capitalista, com propriedade privada e geração de lucro, enquanto, ao mesmo tempo, desenvolvia as capacidades produtivas estatais através da coletivização e regulamentação do setor privado. Tendo em mente as necessidades econômicas e sociais, tomou-se a decisão de aliar-se à burguesia nacional chinesa para poder dar suporte à revolução e dar o primeiro “pontapé” para a construção da nova China. A burguesia chinesa se aproveitou desse momento para inflacionar os produtos, acumulando ainda mais inflação àquela deixada pelo Kuomintang, ganhando, assim, lucros extraordinários, especulando preços e agiotando. Ao mesmo tempo, a coexistência dos dois sistemas gerou dilemas e descontentamento na população, houve uma longa luta pela

predominância econômica e política na sociedade chinesa (POMAR, 2003).

Essa relação entre governo e burguesia foi se desintegrando com a ação especulativa da mesma. Assim, a estabilização dos preços se tornou um ponto crítico do planejamento do governo e o maior obstáculo eram os capitalistas chineses. De modo a evitar essa situação, o governo chinês passou a comprar os estoques de cereais para evitar o descontrole dos preços, assim sabotando a especulação de preços, levando à falência de vários empreendimentos. Desprovida de capitais, a burguesia chinesa recorreu ao governo chinês, subordinando-se a ele. Neste contexto, o Estado chinês passou a fornecer as matérias primas em troca de produtos acabados ou utilizar outras estratégias de submeter as empresas capitalistas aos planos de produção do governo. Essa transição foi gradual e ampliou-se no Plano Quinquenal (1953-1957). Com essas ações, o PCC conseguiu controlar a inflação entre 1952 e 1953. Conforme Pomar (2003) descreve,

a produção de grãos subiu de 103 para 166 milhões, a de algodão de 450 mil para 1,3 milhão de toneladas, e a de carvão de 32 milhões para 66 milhões de toneladas. A média anual de crescimento econômico nesse período foi de 34,8%. A economia recuperou-se quase totalmente em comparação com o período de pré-guerra (p. 89).

O esforço de guerra e de recuperação econômica deram frutos, pois, enquanto no Paralelo 38 atingiu-se um equilíbrio de forças, ficou comprovado que este empate, com o Armistício de Panmunjon (1953), que a hegemonia americana havia alcançado um limite; a economia de guerra auxiliou no aceleramento coletivização do campo, na centralização das atividades econômicas e na estatização do capital e propriedades estrangeiras; ainda, os comunistas utilizaram esse período para confrontar as forças contra revolucionárias; consolidou a aliança sino-soviética com a ajuda financeira e militar para reconstrução e segurança; e, por fim, fortaleceu o poder de Mao Tsé-tung (VISENTINI, 2011a).

Embora a economia de guerra tenha sido benéfica aos objetivos do partido, a participação na Guerra da Coreia resultou em uma série de embargos econômicos por parte dos EUA<sup>13</sup>, entre outros aliados do ocidente. Assim, a aliança da China com a URSS, apesar de marcada por divergências, ocorre pelo isolamento internacional e pela necessidade de proteção devido ao estado fragilizado pelos conflitos internos e externos. Os embargos

---

<sup>13</sup> As sanções do século XX foram, em sua maioria, medidas unilaterais, pois sanções de caráter multilateral mediadas pela ONU eram difíceis de se realizar. Isto ocorre, pois ambas potências rivais, EUA e URSS, tinham poder de veto no Conselho de Segurança e, assim, sabotavam as decisões uma da outra. “Dos mais de sessenta casos durante a Guerra Fria, cerca de dois terços foram iniciados e mantidos pelos Estados Unidos, sendo, em sua maior parte, ações sem participação de terceiros. No que tange a disputa entre blocos, a superpotência capitalista instituiu amplos controles sobre o comércio internacional e sobre itens específicos de equipamento militar contra a União Soviética e contra a China no final da década de 1940, com o objetivo de prejudicá-las economicamente e limitar, assim, seu potencial militar e influência estrangeira” (CUTRIM; BORBA; PERINO, 2018, p. 12 )

econômicos podem ser considerados, segundo Halliday (1999a), reações contra revolucionárias, sendo assim, desejam “desfazer” a anomalia no sistema.

A recuperação econômica, agrícola e urbana, junto ao embate com a burguesia nacional, conduziu a economia chinesa a profundas transformações na participação dos capitais. A economia chegou ao patamar anterior ao da guerra, a burguesia foi domesticada, os novos sistemas agrários e de cooperação artesanal floresciam. Em 1953, “cerca de 56% do valor da produção industrial já era estatal, enquanto 26,9% provinham de empresas mistas estatais-privadas ou de empresas capitalistas operando sob contrato do Estado” (POMAR, 2003, p. 87). Assim, iniciou-se o longo processo de modernização socialista, isolado internacionalmente e absorvendo os setores capitalistas, abrindo espaço para a nova estratégia econômica chinesa o Plano Quinquenal.

No plano internacional, a China fora isolada do bloco capitalista, restando a União Soviética e o bloco socialista. O apoio da URSS era muito bem quisto pelos comunistas chineses, os quais precisavam do apoio para o estabelecimento do Estado comunista, uma vez que o partido nacionalista estava recebendo apoio das potências imperialistas. No entanto, apesar do alinhamento ideológico, a ajuda à China não estava como prioridade para os dirigentes soviéticos, o que explica seu auxílio tardio. Além disso, durante a Guerra da Coreia, nas vésperas da participação chinesa nesta guerra, Stalin quebrou sua promessa de dar cobertura à China, dificultando as ações chinesas, plantando a semente da futura ruptura sino-soviética (CHEN, 1983; SHENG, 2012; SENISE, 2012).

Esta aliança com a URSS se baseia no apoio que a mesma estava disponibilizando a china para que ela pudesse se recuperar dos danos das guerras. Com a ascensão de Nikita Khrushchev, logo após a morte de Josef Stalin em 1953, as relações entre China e URSS entram em uma nova fase com mais ajuda, especialmente com o projeto nuclear. Khrushchev alterou as relações com a China, percebendo-a como um importante aliado contra o Ocidente. A aliança de 1950 foi aprofundada no início de seu governo com novos pacotes de ajuda econômica, tecnológica e militar. Além, é claro, da resolução de litígios nas regiões como Manchúria e Xinjiang. Ao que tudo indicava as relações entre esses dois estados socialistas estavam sendo aprofundadas e, assim, fortalecendo o bloco socialista (PLESHAKOV, 1998). Essa aproximação com a China ocorre em meio ao rompimento da Iugoslávia de Tito com o bloco comunista. Khrushchev estava, portanto, tentando evitar novas cisões dentro do bloco. O Plano Quinquenal foi baseado nos modelos soviéticos, como a Nova Política Econômica (NEP). Os programas de ajuda soviéticos incluíam o envio de especialistas para ajudar na reconstrução do estado chinês.

O Plano Quinquenal marca o primeiro grande plano econômico do PCC para acelerar a modernização da China. Neste período, a China realizou altos investimentos em infraestrutura e indústrias. Iniciou-se com a construção de grandes complexos industriais de indústria pesada. Apesar do auxílio financeiro da URSS - que também se recuperava dos esforços de guerra -, este não era o suficiente para dirimir os problemas internos e dar o impulso para o plano quinquenal. Também é importante lembrar que a China sofria bloqueios econômicos do Ocidente, o que a impedia de obter créditos externos. Nesse contexto, a industrialização seria financiada internamente com o excedente da produção agrária e industrial. Isso explica as manifestações contrárias ao regime em 1955 e 1957 que fizeram duras críticas a queda de renda camponesa e a escassez de bens de consumo. Além disso, dentro do partido havia discordâncias sobre os caminhos para o desenvolvimento de longo prazo. Pomar (2003) descreve:

embora com o mesmo objetivo de desenvolver a capacidade produtiva do país e modernizá-lo, formaram-se pontos de vista diferenciados. As principais dúvidas residiam no papel que as formas privadas e as formas públicas e estatais de propriedade poderiam desempenhar nesse desenvolvimento. Muitos atacavam as formas privadas como entraves, enquanto outros as consideravam uma necessidade histórica não superada (p. 89).

Essa discussão de como alcançar a modernização sustentável e liquidar todas as formas de propriedade privada para implantar o socialismo completamente, durante o período de 1956 a 1976 levou a convulsões econômicas, sociais, culturais, ideológicas e políticas. O PCC estava percorrendo seu próprio caminho para o socialismo, o que levou a erros e acertos. Entre os principais eventos que demonstram esse período interno conflituoso, podemos citar o Movimento das Cem Flores (1957), o Grande Salto Adiante (1958-1960) e a Revolução Cultural (1966-1976). Apesar dos problemas causados pelas falhas durante essas políticas, o regime conseguiu se manter no poder e a unidade nacional, dando início no final dos anos de 1970 a um novo período de reformas (POMAR, 2003; SHENG, 2012).

Apesar disso, o Plano Quinquenal foi um sucesso. “Em 1957, ela já possuía indústrias de produção de aço, metal-ligas, aviões, automóveis, equipamentos de geração de eletricidade e de minas e máquinas pesadas e de precisão” (POMAR, 2003, p. 90). Cerca de 32 bilhões de dólares foram investidos para aumentar a capacidade produtiva nacional, resultando num aumento de 25% de produção. Os desequilíbrios entre o crescimento industrial e o baixo crescimento agrário e do consumo foram agravados pelo alto crescimento da indústria de base e o baixo crescimento da indústria leve. O consumo, largamente afetado pela redução da renda e dos salários, foi gravemente afetado pela escassez de bens de consumo de massa, pressionando assim os preços. Essa conjuntura levou o Estado a instituir o racionamento de

bens para assegurar uma distribuição equitativa. As novas tecnologias adotadas também causavam um choque na sociedade chinesa por não combinar com a política de criação de empregos e manutenção de salários, sem afetar o orçamento estatal. Portanto, esse período foi extremamente delicado para o regime se adaptar às demandas da sociedade chinesa enquanto tentava avançar na sua economia de modo acelerado (POMAR, 2003; SHENG, 2012).

O PCC acreditava que as disparidades entre os setores da economia residiam na propriedade privada e nas relações de trabalho e distribuição, sendo então necessário ter políticas rígidas contra o capital privado. Como Pomar (2003, p. 91) analisa:

por isso, até 1957, haviam reduzido de 7% para zero a participação da economia capitalista e de 72% para 7% a da economia individual. Em contraste, elevaram a participação da economia estatal de 19% para 32%, da coletiva ou cooperativa de 1,5% para 53%, e da mista estatal-privada de 0,7% para 8%.

As rápidas transformações na economia chinesa eram insuficientes para criar novos empregos para a massa de desempregados. Apesar da política 1:3<sup>14</sup>, com baixa produtividade, a insatisfação era grande. Tanto o aumento da capacidade produtiva quanto o aumento do bem-estar da população eram importantes para o Partido Comunista. Assim, os debates dentro do partido tentavam idealizar como industrializar a China atendendo as necessidades sociais. Mao Tsé-tung, em uma crítica ao modelo soviético, propôs um modelo que se equilibra a indústria pesada, a agricultura e a indústria leve, com uma administração mais descentralizada e com foco nos serviços de bem-estar e salários. Essas medidas tinham em vista a insatisfação crescente. “No tratamento correto das contradições no seio do povo, Mao advogou um tratamento cuidadoso das contradições existentes, pela manifestação livre das correntes de pensamento” (POMAR, 2003, p. 92).

No ano de 1956, o Partido Comunista Chinês teve seu VIII Congresso Nacional para discutir meios de “não parar a revolução”. Além das insatisfações com os resultados, havia aqueles que criticavam a velocidade da coletivização agrícola e urbana. Neste congresso, foi decidido que a construção do socialismo chinês se daria estritamente pelas formas públicas de propriedade. Ainda, percebeu-se que a capacidade técnico-científica não estava sendo usada de modo pleno. Dessa ideia surge o Movimento das Cem Flores que deveria incentivar o mesmo florescimento cultural e intelectual que ocorreu no século V A.C. para que eles auxiliassem na construção da nação socialista. No entanto,

a queda do padrão de vida das camadas populares e o férreo controle do Estado sobre as manifestações políticas e culturais, em contraste com o período de

---

<sup>14</sup> Um emprego para três pessoas (POMAR, 2003).

reconstrução econômica e as expectativas criadas pela revolução, parecem ter ultrapassado os limites suportáveis (POMAR, 2003, p. 93).

Essa política acabou dando voz às queixas ao partido e iniciou um período de greves e manifestações estudantis. Além disso, as forças contra o partido comunista se utilizaram dessa situação para fazer oposição ao governo. O Movimento acabou sendo sustado pelo governo e tiveram de reformular a organização das estatais, aumentando a descentralização das empresas subordinadas ao governo. A ampliação dos poderes dos distritos criou um ambiente favorável ao aumento da produção, “levando os dirigentes a estabelecer metas ambiciosas, para demonstrar a superioridade das relações socialistas” (POMAR, 2003, p. 94).

Em 1958, começava o planejamento do Grande Salto Adiante que foi um “passo maior dos que as pernas”. A ideia por trás do plano era duplicar a capacidade produtiva chinesa por meio de uma grande mobilização social. Para tanto, camponeses, trabalhadores urbanos, entre outros, foram chamados para fabricar aço em altos-fornos de quintal. Além disso, a população foi mobilizada para trabalhar na construção de imensas obras hidráulicas, como barragens e diques. Havia disposição por parte da população em participar da construção do desenvolvimento nacional, mas as produções de aço e cereais acabaram não saindo conforme planejado. “Sem a existência de uma base produtiva adequada, quanto mais acelerada a socialização das relações de trabalho e de distribuição, maior a centralização para compensar aquela ausência” (POMAR, 2003, p. 95). Mesmo com a tentativa de centralizar a administração, houve uma ruptura nesse processo, levando ao desgaste e à dispersão da força de trabalho, à perda de recursos materiais e a sérios desfalques na produção. Em especial, podemos citar as perdas na produção agrícola de 150 milhões de toneladas no período de 1959 e 1960, as quais levaram à fome.

Havia novamente a necessidade de discutir o melhor jeito de construir o socialismo chinês. As críticas eram muitas. Alguns culpavam o capitalismo ainda dentro do regime, outros culpavam o Grande Salto. Esse foi um período muito conturbado pelas divergências ideológicas internas e externas. A relação com a URSS também começava a mostrar suas rupturas. Nesse período iniciou a Coexistência Pacífica<sup>15</sup> entre União Soviética e Estados Unidos. Essa política externa russa foi duramente criticada por Mao Tsé-tung, além de outros posicionamentos em relação ao imperialismo e aos movimentos de libertação nacional que ocorriam no período da descolonização. Por conta desse desentendimento, a URSS retirou

---

<sup>15</sup> A coexistência pacífica consiste nos esforços do Estado soviético em relacionar-se com os norte-americanos visando ao “desarmamento nuclear, à proibição de testes nucleares e à manutenção da paz”. (BRITES, 2012, p. 60). É um período marcado pelo relaxamento das tensões entre União Soviética e EUA.

seus técnicos que “orientaram a construção de mais de 170 grandes projetos industriais chineses, obrigando a China a realizar reajustamentos ainda mais globais em sua economia, em 1960” (POMAR, 2003, p. 95). Devido ao contexto de instabilidade interna, os dirigentes do partido tomaram a atitude soviética como um ataque ao PCC. Essa medida levou o governo chinês a “paralisar grandes obras, permitir a retomada da produção doméstica camponesa e reduzir o número de trabalhadores nas cidades” (POMAR, 2003, p. 95).

Com o fracasso do Grande Salto Adiante, Mao se afastou do partido começando a planejar a Revolução Cultural, enquanto que dentro do partido discutia-se uma revisão dos caminhos socialistas. A defesa do desenvolvimento prioritário da capacidade produtiva da China passou a ser considerado objetivo somente daqueles que apoiavam o capitalismo. Em 1963, a vista disso, surge um movimento de educação socialista para promover as “quatro limpezas” (nos campos político, econômico, organizativo e ideológico). Existia uma suposição de que as modernizações na verdade eram lideradas por seguidores do capitalismo, portanto seria necessário fazer uma limpeza para que o proletariado retomasse o poder. Ao mesmo tempo, as insurreições feudais no Tibete, os conflitos fronteiriços com a Índia, as ameaças de guerra nuclear entre EUA e URSS e a Crise dos mísseis em Cuba, compunham um quadro internacional, entre 1959 a 1964, extremamente instável e beligerante. Para garantir sua segurança, mesmo após a retirada dos técnicos soviéticos que auxiliavam no programa nuclear chinês, a China conseguiu produzir seu próprio artefato nuclear em 1964. É necessário lembrar que as relações com a URSS estavam cada vez mais desgastadas devido suas divergências ideológicas e políticas (POMAR, 2003; VISENTINI, 2011a; SHENG, 2012).

Além das relações problemáticas com a União Soviética, a China enfrentava plena oposição dos EUA no Sistema Internacional. O bloqueio norte-americano continuava em vigor e ao mesmo tempo os norte-americanos apoiavam a China Nacionalista, Taiwan, com sua política de “duas Chinas”. Ainda, eles agiram ativamente na construção de um cinturão anti-chinês através da promoção de golpes de Estado e ditaduras em vários países da Ásia, África e América Latina. A China seguia os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica formulados em 1955 na Conferência de Bandung. Mesmo com uma política externa de não intervenção, a China não conseguia estabelecer relações diplomáticas com mais do que 30 países africanos e asiáticos. Enquanto isso, Taiwan possuía um assento no Conselho de Segurança da ONU e era reconhecido por diversos países (POMAR, 2003; VISENTINI, 2011a; SHENG, 2012).

Assim, o endurecimento da política interna chinesa com a Revolução Cultural<sup>16</sup> pode ser explicado como uma reação à instabilidade interna e externa. Esse movimento foi liderado pelos defensores da revolução contínua contra o capitalismo e o Kuomintang. Esse passava a ser o conceito base do socialismo chinês.

Assim, o período de 1949 a 1970 foi uma fase de estabilização, modernização e isolamento internacional. Os bloqueios econômicos por parte do Ocidente, que se iniciaram com a entrada chinesa na Guerra da Coreia<sup>17</sup>, continuaram até 1957 e dos EUA continuou até a aproximação sino-americana. O antagonismo das duas potências tornou a aliança sino-soviética essencial para a sobrevivência do governo recém-formado. Enquanto o cenário internacional ficava mais instável, o governo chinês tentou remediar os atrasos econômicos por meio de planos econômicos que previam a aceleração do crescimento econômico. Entretanto, o segundo plano acabou levando a desestabilização interna. Os últimos anos de Mao Tsé-tung no poder foram anos conturbados com a perseguição extrema de seus opositores por meio da Revolução Cultural. Com a ascensão de Deng Xiaoping e a Ruptura Sino-Soviética durante a década de 1960, a política externa chinesa tem uma grande transformação (MADDISON, 1998).

Assim, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial junto com as revoluções Russa e Chinesa criaram uma nova realidade geopolítica. A Guerra Fria dividiu a Ásia em zonas de influência entre os EUA e a URSS e um espaço não-alinhado. Essa divisão se aprofundou após a ruptura sino-soviética. A influência norte-americana ficaria assim até mesmo após o fim da Guerra Fria. A aliança assinada por Josef Stalin e Mao Tsé-tung, tendo em vista o contexto de Guerra-Fria, foi uma opção estratégica para a proteção da recém-formada RPC. Apesar desta aliança ter um certo êxito inicial, logo ao final da década de 50, há a sua desestabilização colocando em evidência as divergências entre os regimes. Diversos fatores impulsionam a sua deterioração que em termina com a ruptura sino-soviética, impactando profundamente o final da Guerra Fria (VISENTINI, 2011a).

Por fim, a China recém-formada possui uma miríade de vulnerabilidades internas e externas e, por esse motivo, buscou apoio da URSS para salvaguardar sua segurança. Entretanto, devido a uma série de desentendimentos e diferenças de agenda, os partidos comunistas russos e chineses acabaram se afastando ao final da década de cinquenta. Veremos

---

<sup>16</sup> A Revolução Cultural iniciou-se, em 1966, a partir da publicação de um conjunto de 16 pontos onde se solicitava à classe proletariada a revolução permanente – hábitos, pensamentos, cultura, costumes-, visando à neutralização da oposição (POMAR, 2003).

<sup>17</sup> Podemos também inferir que a vitória dos comunistas chineses também motivaram os bloqueios econômicos e a Guerra da Coreia foi utilizada como um “bode expiatório”.

na próxima parte como a ruptura sino-soviética e aproximação sino-americana alterou a relação de forças e impulsionou a modernização chinesa. Além disso, esse período de isolamento internacional vai sofrer uma mudança extrema no próximo período com a abertura comercial e o restabelecimento das relações com o Ocidente.

### **3.2 POSIÇÃO CHINESA NA GUERRA FRIA: RUPTURA SINO-SOVIÉTICA E A APROXIMAÇÃO SINO-AMERICANA**

A relação entre URSS e China foi se desgastando de 1950-1960. Depois de estabilizar a situação interna, a China tinha uma nova necessidade: independência. A Ruptura sino-soviética deu o início da aproximação sino-americana que finalizou oficialmente os 20 anos de embargo econômico em 1971 e também com a troca de Taiwan no assento permanente do Conselho de Segurança da ONU pela República Popular da China nesse mesmo ano (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

Em 1957, a relação entre China e União Soviética sofreu um grande impasse. A partir desse ano, inicia-se o relaxamento das relações entre URSS e EUA. Essa alteração na política externa prejudicou a China com o abrandamento das relações, pois o acirramento entre as duas potências dava mais margem de ação para os demais países. Assim, Mao atacou duramente o posicionamento soviético, o qual julgava ter se aliado ao imperialismo ocidental. Logo em 1958, houve mais um desentendimento entre os Estados socialistas com o anúncio do Grande Salto Adiante, cujo objetivo era tornar a China uma grande potência industrial. As disputas com a URSS também acabavam servindo para desviar o foco do fracasso do Grande Salto. Além disso, as relações entre a China e a URSS “azedaram” com a suspensão dos projetos de ajuda e a retirada de todos os técnicos soviéticos da China nos anos 60. Essa decisão, em pleno isolamento internacional, foi um duro golpe na China que dependia do bloco socialista, em especial, da União Soviética. Os dois países entraram “num período de boas relações até 1960, quando Krushev resolveu suspender os projetos de ajuda e retirar todos os técnicos soviéticos da China” (SHENG, 2012, p. 32). Ainda, com a radicalização interna e a Revolução Cultural, os posicionamentos externos também passaram a ficar mais radicais. A caça interna aos contrarrevolucionários levou à radicalização do discurso em relação à construção do socialismo chinês. Ainda os impasses dentro do Partido Comunista Chinês, entre os revisionistas e os apoiadores de Mao, começavam a dar sinais de aumento da tensão. A necessidade de acelerar a modernização começava entrar em pauta dentro do partido como talvez algo a ser evitado, pois poderia levar ao capitalismo (SHENG, 2012).

A primeira grande divergência entre os dois foi com a Guerra Sino-Indiana<sup>18</sup> em 1962, com o conflito fronteiriço na região do Tibete. As disputas fronteiriças entre esses dois Estados têm origem em questões históricas de demarcação. Apesar da postura amigável desde

---

<sup>18</sup> O 14º Dalai Lama se exilou na Índia após uma rebelião falida contra o governo chinês. Esse ato, tendo em vista que o tibete pertence a china, foi tomado como uma afronta à soberania chinesa. A partir desse momento houve uma forte militarização da fronteira por ambas as partes (VISENTINI, 2011a).

1950 e seguir os princípios da coexistência pacífica<sup>19</sup>, esse conflito escalonou até a China começar a fazer ofensivas bélicas. Esse conflito é relevante, pois a URSS adotou uma postura neutralista, baseando-se no princípio da coexistência pacífica e para não prejudicar as novas relações com os EUA. Ainda, a mídia soviética emitiu notas demonstrando grande pesar sobre os acontecimentos, o que, na visão chinesa, foi uma clara demonstração de apoio ao lado indiano (POMAR, 2003).

Como já mencionado, havia uma ala dentro do partido comunista chinês que acreditava ser necessária uma revisão dos caminhos para o socialismo chinês. Deng Xiaoping era um dos representantes desta e ele acreditava que a construção socialista, apesar de ter tido uma série de avanços com o primeiro plano econômico, acreditava o progresso alcançado não era satisfatório e o mesmo levou a uma série de problemas políticos e sociais. Sem um revisionismo interno, a China não conseguiria superar suas dificuldades. Entretanto, Mao não queria assumir os erros dos planos e preferiu culpar as dificuldades externas, como sua relação com a URSS, e os contrarrevolucionários. Deng defendeu a necessidade de fazer uma avaliação profunda e crítica sobre a economia chinesa e passar para um período de reajustes para remediar os desequilíbrios existentes. Ele já preparava o terreno para a realização das “quatro modernizações”. Para essa linha do partido, a China não conseguiria se desenvolver sem o reajuste de sua economia, incluindo a superação da instabilidade política e ideológica, heranças da Revolução Cultural, como o facciosismo e o anarquismo (POMAR, 2003).

Com as rápidas mudanças instauradas pelos planos econômicos e os resquícios dos anos de guerra, havia ainda muitos problemas que afligiam a sociedade chinesa. A elevação dos preços, os privilégios dentro do partido, a escassez de moradias, entre outros problemas sociais, geravam grande descontentamento na população. Havia assim, pressões internas e externas que exigiam mudança para a manutenção do regime. Nesse contexto, Deng advogava por um posicionamento do partido para a correção dos erros do passado, visando alcançar nova estabilidade e nova unidade no país. Após a Revolução Cultural e a morte de Mao Tsé-tung, já em 1977, Deng Xiaoping, Chen Yun, Li Xiannian, entre outros veteranos do partido, foram reabilitados. No XI Congresso Nacional do Partido Comunista fora encerrada a Revolução Cultural e então o foco foi alterado, do trabalho partidário e da luta de classes, para as quatro modernizações (indústria, agricultura, defesa nacional e ciência e tecnologia). Além de mudanças econômicas, foi advogada a necessidade de um regime mais democrático para poder ouvir a voz do povo. Conforme Pomar (2003) descreveu,

---

<sup>19</sup> Princípios da Coexistência Pacífica, e não o período de Coexistência Pacífica da Guerra Fria.

em 1979, a nova direção do PC e a do governo formaram uma Comissão Econômica e Financeira, dirigida por Chen Yun e Li Xiannian, para organizar todo o processo de reajustamento e preparar o plano de reformas e modernização. Sua atenção inicial deveria concentrar-se na efetivação do "sistema de responsabilidade" agrícola e na implantação das quatro Zonas Econômicas Especiais destinadas a atrair investimentos estrangeiros e acelerar a abertura ao exterior (p. 104).

A China entra em uma nova fase interna e externa. A ala modernizadora do partido ascende ao poder na figura de Deng Xiaoping e com as novas relações sino-americanas, inicia-se a abertura econômica chinesa que perdura até hoje. Com o fim do bloqueio, a China se beneficia de sua ampla mão de obra para ampliar sua capacidade produtiva em benefício da sua inserção internacional. As reformas econômicas iniciadas em 1978 foram o grande foco do governo chinês beneficiando-se na arena internacional da Segunda Guerra Fria<sup>20</sup> que gerou um ambiente mais estável para focar nos problemas internos enquanto comercializava com os demais países. Assim, podemos dizer que haviam menos riscos externos no período de 1970 até 1989. Ainda, tendo em vista sua política externa não intervencionista e não agressiva, a China não teve amplos gastos derivados de um expansionismo militar. O grupo reformista ampliava seu poder dentro do partido e as reformas consolidaram sua posição, as reformas econômicas com abertura externa seletiva e adoção de novos padrões de desenvolvimento, lançaram a China em uma nova fase (VISENTINI, 2011a).

Com o Tratado de Aliança chegando ao fim (1950-1979) e as inúmeras divergências entre URSS e China, com a Guerra Sino-indiana, os conflitos fronteiriços em Xinjiang e Mongólia, a mudança de posicionamento de Khrushchev em relação à China, a Ruptura sino-soviética se concretiza nos meados dos anos sessenta. Além disso, os dirigentes chineses perceberam que a aliança com os soviéticos mais atrapalhava seus planos do que ajudava. Ainda, percebeu-se que a China não poderia entrar em desacordo com as duas grandes potências mundiais e ao mesmo tempo lidar com os problemas internos. Desse modo, a visita de Henry Kissinger em julho de 1971 e mais tarde a visita de Richard Nixon em fevereiro de 1972 mostram a virada no posicionamento da política externa chinesa para uma abordagem mais pragmática. Ainda em 1971, a China entra na Organização das Nações Unidas e ganha o assento permanente substituindo Taiwan. No ano seguinte as relações com o Japão são normalizadas, apesar dos ressentimentos da guerra, essa medida pragmática ocorre tendo em vista o rápido desenvolvimento japonês pós-Plano Marshall. Em 1979, o restabelecimento das

---

<sup>20</sup> A Segunda Guerra Fria pode ser descrita como uma fase em que existem conflitos e outra na qual se retoma o diálogo, de tal forma que há o aumento de tensões, competição e conflitos no cenário internacional no período 1979 a 1989 (CZIZEWESKI, 2011).

relações sino-americanas se concretiza. A China se inserir no Sistema Internacional (VISENTINI, 2011a; KISSINGER, 2011).

As disputas fronteiriças entre URSS e China em 1973 corroeram ainda mais as relações entre os dois. A China chegou a acusar a União Soviética de imperialista e ser inimiga das revoluções no mundo. Em 1977, o 11º Congresso Nacional do Partido Comunista da China trouxe de volta a figura de Deng Xiaoping como administrador dos programas de modernização da China. A Gangue dos Quatro<sup>21</sup>, com sua missão de acabar com as forças contra revolucionárias, foram capturados e julgados nos anos oitenta, dando início a um governo voltado às reformas econômicas e uma política externa mais pragmática. Assim, internamente também há uma mudança para uma moderação da revolução comunista, agora focando na modernização e na abertura comercial (POMAR, 2003; VISENTINI, 2011a).

O primeiro país que a China recorreu para auxiliar na modernização foi o Japão. Isto causou enormes manifestações internas, tendo em vista o passado recente da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Uma representação desse pragmatismo é a aproximação chinesa do Japão representada na famosa frase de Deng Xiaoping: “Não importa a cor do gato, contanto que ele cace o rato”. O reformismo de Deng teve nas quatro grandes reformas seu maior impacto. A transição e uma economia planificada a moda soviética entrava num período de transição para uma economia socialista de mercado ou como Deng Xiaoping nomeou socialismo com características chinesas (XIAOPING, 1985).

As políticas econômicas chinesas desse período foram tomadas tendo em vista a abertura comercial. A China promove uma desvalorização do Yuan para tornar os custos de produção e exportação mais atrativos ao mesmo tempo descentralizou as decisões de comércio exterior para empresas e autoridades provinciais. Ainda, o governo criou as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) para a promoção do comércio internacional. Essa nova estratégia visava tornar a China a fábrica do mundo para que pudesse atrair as indústrias de bens de consumo duráveis e desse modo absorver o *know how* de produção, acelerando sua industrialização (VISENTINI, 2011a; ARRIGHI, 2008).

No quadro externo, portanto, podemos identificar uma série de mudanças na política externa chinesa: (i) em primeiro lugar e o ponto essencial para esse período é a normalização das relações com os Estados Unidos; (ii) assim, a China pode retornar ao sistema internacional com o restabelecimento de relações diplomáticas com amplo leque de países

---

<sup>21</sup> Líderes da Revolução Cultural, Jiang Qing - esposa de Mao-, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyan foram conhecidos como a “Gangue dos Quatro”. Este grupo reapareceu vitorioso em 1969; porém, foram presos e depositos por volta de 1978 (MENDONÇA, 2015).

capitalistas, acabando os seus 20 anos de embargo econômico e isolamento internacional; (iii) por fim, a conseqüente ampliação das relações comerciais com esses países e o início do seu milagre econômico. Maddison (1998) mostra que o volume das exportações chinesas no período de 1970 a 1978 tiveram um grande aumento na participação do PIB. Conforme a tabela 1 é perceptível o efeito das mudanças econômicas e diplomáticas no aumento das exportações. Ainda, a China passou a buscar investimento estrangeiro direto (IED) como forma de transferência de tecnologia. Esse aumento progressivo das exportações deu o gás necessário para que o governo comunista pudesse absorver as tecnologias e desenvolvê-las internamente.

Tabela 1 - Exportação de bens e serviços da China de 1970 a 2000

(continua)

Ano		Valor (em dólares)
1970	\$	2.307.254.854,17
1971	\$	2.782.516.857,58
1972	\$	3.692.485.858,09
1973	\$	5.876.143.560,87
1974	\$	7.107.893.126,66
1975	\$	7.688.998.817,08
1976	\$	6.943.442.876,27
1977	\$	7.519.646.894,18
1978	\$	6.813.008.130,08
1979	\$	9.204.347.826,09
1980	\$	11.300.000.000,00
1981	\$	14.587.301.587,30
1982	\$	22.600.124.795,19
1983	\$	21.956.304.449,37
1984	\$	24.764.305.080,89
1985	\$	25.801.403.273,95
1986	\$	26.202.580.690,47
1987	\$	34.072.853.910,00
1988	\$	44.923.701.330,00
1989	\$	41.190.793.490,00
1990	\$	49.129.758.920,00
1991	\$	55.542.659.170,00
1992	\$	66.847.400.129,00
1993	\$	74.280.328.750,00
1994	\$	104.607.445.198,00
1995	\$	131.858.826.000,00
1996	\$	154.811.877.000,00
1997	\$	187.447.040.000,00
1998	\$	188.750.394.176,00

Tabela 1 - Exportação de bens e serviços da China de 1970 a 2000

(continuação)

Ano	Exportação de bens e serviços (em dólares)	
1999	\$	198.699.399.635,00
2000	\$	253.092.089.737,00

Fonte: Dados obtidos do Banco Mundial, 2019

A mudança do seu posicionamento na Guerra Fria e o novo acirramento entre EUA e URSS, permitiu que a China focasse no seu desenvolvimento interno. Sem os embargos econômicos, a China agora possui acesso ao mercado internacional de bens e crédito, assim não dependia mais do esforço interno para custear a modernização. A nova inserção internacional unida às reformas implementadas internamente formaram as bases para seu desenvolvimento no século seguinte. Por fim, os EUA se tornaram o maior parceiro comercial da China, estabelecendo uma relação estreita com a mesma. Em 1979, os EUA adotaram o tratamento de Nação Mais Favorecida para a China, facilitando assim as trocas comerciais. Nos anos 80, a China passa a integrar o FMI, o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento. A aproximação sino-americana foi fundamental para essa mudança dar certo (VISENTINI, 2011a).

O Socialismo de Mercado estabelecia dois setores dentro da economia chinesa, uma estrutura socialista e um setor capitalista. A grande população camponesa gerava um enorme exército industrial de reserva, mantendo os salários baixos e assim diminuindo os custos de produção. Alimentação, transporte e os salários eram extremamente baixos, entre outros custos de mão de obra, ampliando a competitividade chinesa (POMAR, 2003).

Outra estratégia, já utilizada por Taiwan, Hong Kong e Cingapura, foi a utilização da diáspora chinesa e seus recursos financeiros como ponte para internacionalização e atração de investimentos. Além disso, pós-Revolução Cultural,

a China alcançou um certo ponto de estabilidade sócio-política. Ao alterar a ênfase de sua política da luta de classes para as reformas rumo ao mercado, a abertura externa e a aliança com Washington, os comunistas de Pequim não apenas reinserir o país no concerto das nações, como multiplicavam os sinais de confiança, destinados a atrair os investimentos de seus compatriotas de além-mar, associando-os ao projeto e modernização e oferecendo-lhes bons negócios (VISENTINI, 2011a, p. 133).

A normalização das relações com o Ocidente também renderá mais tarde a reincorporação dos enclaves, Hong Kong (1997) e Macau (1999). Apesar das mudanças na política externa no referente à política econômica, os princípios da coexistência pacífica não foram abandonados. Podemos dizer que as reformas da década de 70 permitiram a China o gás necessário para ultrapassar as crises que viriam nos anos 90, com o fim da URSS, os protestos de 1989 e as crises financeiras asiáticas (VISENTINI, 2011a; SENISE, 2012).

A aliança sino-americana foi no final das contas uma aliança antissoviética que deu vários benefícios a China, como a entrada na ONU e o assento permanente e a reinserção internacional. Em 1972, pós-embargos comerciais, o fluxo comercial entre os dois aumentou de modo extraordinário. O fim do isolamento diplomático acompanhou um período de estabilidade interna. As modernizações consagram,

reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação. Nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), geralmente províncias costeiras, introduziu-se legislações próprias para permitir o estabelecimento de determinados mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras. A nova linha representava uma mudança na estratégia chinesa (VISENTINI, 2011a, p. 132).

Até os anos 60, a China estava tentando consolidar o seu regime e voltava a maior parte das suas ações aos problemas de segurança, tendo em vista sua economia e regime frágeis e uma conjuntura internacional adversa e fechada. Assim, a relação com a URSS era vital para manter sua segurança, mas por não ter as mesmas visões e objetivos, ela foi se desgastando até a ruptura sino-soviética. A China partia de um atraso histórico e passou os primeiros 20 anos de governo tendo de enfrentar obstáculos internos e externos. A China, em termos de capacidade acadêmica e científica, estava muito atrás dos demais Estados, por exemplo, “os EUA possuíam 1,2 milhão de pesquisadores científicos e a União Soviética [900] mil”, enquanto isso a China só possuía 200 mil. A China teria de se modernizar a partir de uma base fraca” (POMAR, 2003, p. 106).

Já na década de 1960-70, a China se volta a sua autonomia. Apesar de ainda conviver com sérios problemas internos, o governo migrava para um modelo mais pragmático e moderado (POMAR, 2003). A ênfase desse período é a modernização das quatro áreas por meio da abertura comercial, reformas políticas e econômicas, absorver tecnologia para criar um dinamismo interno, “associar-se à revoada dos gansos asiáticos e tirar o máximo de benefícios econômicos e estratégicos de uma aliança com os Estados Unidos, durante uma fase de distensão internacional” (VISENTINI, 2011a, p. 132).

O reformismo pragmático e cauteloso modificou profundamente o sistema econômico, com uma descentralização do controle político central. Essas mudanças trouxeram um caminho de desenvolvimento mais estável e uma grande aceleração do crescimento econômico. Nos 25 anos de 1978 a 2003, o PIB aumentou quase sete vezes, a produtividade do trabalho aumentou quatro vezes, o crescimento da população desacelerou acentuadamente e a renda real per capita aumentou quase cinco vezes. A aceleração do crescimento ocorreu

principalmente devido ao aumento da eficiência. A agricultura coletiva foi abandonada e as decisões de produção revertidas para os agregados familiares camponeses. As atividades industriais e de serviços em pequena escala foram libertadas do controle do governo, a importância proporcional das empresas estatais na indústria e nos serviços foi bastante reduzida e houve uma enorme expansão da produção industrial nas áreas urbanas, financiada pela poupança doméstica privada e uma entrada substancial de capital estrangeiro. A exposição ao comércio exterior foi bastante aprimorada; o volume das exportações aumentou 28 vezes de 1978 a 2003, comparado ao modesto aumento de duas vezes em 1952-1978. “Isso fortaleceu as forças do mercado, facilitou o desenvolvimento e a absorção de novas tecnologias e introduziu os consumidores em uma ampla variedade de novos produtos” (MADDISON, 1998, p. 59).

Assim, dos anos 70 até 1989, a China progrediu no seu caminho modernizante, aumentou as suas relações com diversos países do ocidente, utilizou-se da estratégia japonesa da Revoada dos Gansos<sup>22</sup> para transferir tecnologia, comercializou com todos os países possíveis e tornava-se a nova fábrica do mundo. As quatro modernizações faziam parte de um plano estratégico maior para resolver os desequilíbrios internos para poder seguir o caminho socialista, como um passo estratégico para trás para poder prosseguir de maneira mais firme. As modernizações trouxeram as revoluções científicas e tecnológicas, que conseguiram aumentar a produtividade chinesa. A China já tinha uma enorme população de cerca de 700 milhões de habitantes, com pouca terra arável. Muitos ainda viviam na pobreza, o que ia contra os princípios do partido comunista, que desejava melhorar as condições de vida dos cidadãos chineses. Para tanto, o desenvolvimento das forças produtivas se fazia essencial. Além disso, as tendências mundiais, em termos de produção, apontavam para cada vez um menor número de trabalhadores necessários para a produção, como um país com a maior população do mundo poderia lidar com o desemprego maciço que isso levaria. Esse tipo de reflexão foi realizado durante esse período pelos dirigentes chineses. Para um país nas dimensões da China, seria necessário planejar o melhor caminho para a modernidade (POMAR, 2003, VISENTINI, 2011a).

Assim, a China conseguiu a estabilidade externa necessária para focar nas suas

---

<sup>22</sup>A “revoada dos gansos” é um termo utilizado para caracterizar um modelo de desenvolvimento industrial no qual há um líder que conduz os demais, assemelhando-se, assim, ao padrão de voo dos gansos em forma de “V”. De tal forma que o líder vai repassando gradativamente um modelo de industrialização para os demais países e, assim, evoluindo o nível destes de uma produção doméstica para uma escala maior e diversificada (SCHRÖPPEL; MARIKO, 2003).

debilidades internas. O caminho escolhido pelo partido seria o socialismo de mercado, ou seja, o socialismo com características chinesas. Este considerou variáveis internas e externas, sendo que nesse período focou na modernização das forças produtivas. O novo confronto entre URSS e EUA, unido a nova inserção internacional chinesa, deu margem de manobra para que a china pudesse colocar em prática suas políticas econômicas e se beneficiar dos mercados internacionais. Nesse período, e principalmente no período seguinte, o PCC percebe a importância das relações com os demais países para um ambiente estável para seu desenvolvimento.

### 3.3 OS PROTESTOS NA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL E A CONTRARREVOLUÇÃO

O fim da Guerra Fria resultou em grandes transformações no Sistema Internacional. Sem o conflito Leste-Oeste, os EUA ascenderam como a grande potência mundial levando a um breve período de unipolaridade. Sem as ameaças do bloco comunista, os EUA perdiam a legitimidade de agir ao redor do globo, surgindo, assim, a necessidade de um novo inimigo (TODD, 2001). No início dos anos 2000, a Guerra ao Terror<sup>23</sup> supre essa necessidade e cria uma nova razão para a ação americana ao redor do globo. Enquanto isso, a China continuava comercializando com o mundo ocidental e focando em seus planos de transferência tecnológica e desenvolvimento interno.

A crise do socialismo, que levou ao fim da União Soviética, afetou todo bloco socialista, inclusive a China. Sob comando de Mikhail Gorbachev, nos anos 80, os soviéticos começaram a liberalização política e econômica, com as políticas Glasnost e Perestroika, dando sinais da fragilização do regime. Desse modo, “as reformas soviéticas criaram expectativas imensas de uma rápida inserção internacional da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas concretamente levaram o país à beira do caos [socioeconômico] e da ruptura política” (VISENTINI, 2011a, p. 133). Ao contrário do caso russo, as reformas chinesas começaram pela economia, com as quatro modernizações de Deng Xiaoping. Os reformistas iniciaram o seu processo de Revolução Científico-Tecnológica ainda numa fase inicial, mantendo seu sistema político, unipartidário e centralizado, o que lhes deu mais estabilidade para controlar os efeitos das reformas. Sem o mesmo controle político, Gorbatchov promoveu reformas em um momento que a Revolução Científica já estava desenvolvida. Assim, a integração da URSS ao sistema mundial, devido a sua fragilização, nessas condições, rendeu uma posição subordinada. Como parte da periferia, ao entrar no sistema, sua única opção é se submeter ao capital do centro. Com esses efeitos sobre o pilar do bloco socialista, o centro capitalista, principalmente os EUA, desejava que o mesmo ocorresse com a China.

Não por acaso, no mesmo período que intensas manifestações se alastraram pelo bloco socialista, a China experimentou eventos semelhantes. Os Protestos da Praça de Paz

---

<sup>23</sup> A guerra ao terror denominou-se assim devido aos ataques terroristas contra os EUA, o que provocou um discurso que esses ataques ameaçavam à liberdade e à democracia no mundo. O então presidente dos EUA, George Walker Bush, pediu que os Estados se unissem contra os terroristas. Pode-se dizer que a Guerra ao Terror se tornou a nova guerra global do século XXI, trazendo consequências transcendentais na política internacional e na ordem mundial. (ANING, 2010).

Celestial<sup>24</sup> ocorreram entre maio e junho de 1989. Esse acontecimento surpreendeu os dirigentes chineses pela dimensão que alcançou, principalmente pelos impactos externos. As reformas econômicas dos anos anteriores começavam a dar resultados, entre eles o aumento da inflação e desemprego na China, gerando insatisfações crescentes com o regime. A descoletivização do campo gerou o aumento de produtividade desejado, porém também levou ao aumento das desigualdades sociais. Os camponeses sem terra e sem oportunidade de emprego nas áreas rurais migraram para as grandes cidades. Esse tipo de migração tem efeitos negativos em qualquer cidade com o aumento do desemprego, falta de moradia e alimentação, incremento da violência e pressões políticas nas cidades. O problema é que nos anos 80 a China já contava com cerca de 700 milhões de habitantes<sup>25</sup> causando efeitos ainda mais críticos na economia chinesa. As reformas de Pequim e a abertura econômica focaram no plano econômico, contrapondo-se ao seu vizinho, sem estendê-las ao plano político (VISENTINI, 2011a).

As tensões sociais foram controladas pelo endurecimento do regime. Sem a ação do Estado chinês, provavelmente a China teria sucumbido igualmente a URSS e os demais estados socialistas do bloco. Ainda segundo ao autor, uma

mobilização popular multifacetada e contraditória emergia no país, especialmente como movimento contra a corrupção, e o jovem empresariado e os ultra-reformistas do PCC, nucleados em torno do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, procuraram capitaliza-lo em sua luta contra os reformistas moderados como “movimento pela democracia (VISENTINI, 2011a, p. 134).

Assim, os protestos tiveram origens diversas, cujo estopim foi a morte do secretário geral Hu Yaobang, a favor de reformas políticas e econômicas, em abril de 1989. Os protestos foram formados por estudantes e trabalhadores industriais, sobretudo intelectuais. O grupo criticava a inflação crescente, a corrupção e as restrições da participação política, em geral, pediam por instituições mais democráticas, livre imprensa, liberdade de expressão, entre outros objetivos. Podemos analisar esse protesto talvez como uma Revolução Colorida<sup>26</sup>, tendo em vista o teor das reivindicações dos protestantes, a ampla cobertura da mídia

---

<sup>24</sup> Entre 15 de abril e 4 de junho de 1989, ocorreram os Protestos na Praça da Paz Celestial. Também conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial, as manifestações eram lideradas por estudantes. Ademais, no grupo encontravam-se intelectuais, que diziam que o PC era repressivo e corrupto, e trabalhadores - que criticavam as ações econômicas tomadas, afirmando que tanto a inflação quanto o desemprego pioravam a qualidade de vida. Apesar dos protestos serem pacíficos, o governo ordenou o uso de força para contê-los. Em 20 de maio, foi declarada a lei marcial e, em 3 de junho, o exército foi enviado à praça de Tiananmen a fim de terminar com os protestos, o que resultou na morte de diversos civis (KISSINGER, 2011).

<sup>25</sup> (VISENTINI, 2011a).

<sup>26</sup> A Revolução Colorida série de manifestações políticas de oposição que envolveram a derrubada de governos considerados anti-estadunidenses, e sua substituição por governos pró-Occidentais (ARROW, 2019).

internacional e a participação de ONGs. No ápice dos protestos, reuniram-se cerca de 1 milhão de pessoas na Praça da Paz Celestial (VISENTINI, 2011a; SHENG, 2012).

Este protesto recebeu destaque por ocorrer durante uma visita de Gorbachev para comemoração dos 30 anos da normalização das relações sino-soviéticas. Assim, nesse período Pequim estava tomada por repórteres de diversas mídias internacionais, que deram uma dimensão internacional ao acontecimento. Os reformistas foram reprimidos pelos militares em junho de 1989 e foram derrotados, impedindo que a China seguisse o mesmo rumo da URSS, ou seja, a desintegração e o colapso. Nesse mesmo ano, houve dois eventos que mudariam o sistema internacional: a derrota dos soviéticos, “simbolizada pela derrubada do muro de Berlim, e a vitória dos comunistas chineses, sinalizada pela repressão da Praça da Paz Celestial” (VISENTINI, 2011a, p. 134).

Os impactos desses protestos foram muito importantes para a adaptação das estratégias chinesas para a nova realidade do sistema internacional. A China sofrera novos embargos econômicos de países ocidentais, mas dessa vez não fora tão afetada devido a maior rede de relações. Além disso, foi perceptível que a aliança com o ocidente estava se desgastando com o fim da Guerra Fria e a repercussão negativa dos protestos. Analistas políticos, segundo Visentini (2011a), acreditavam que o próprio desenvolvimento capitalista levaria no curto ou médio prazo, ao fim do regime socialista na China, devido à tendência democratizante do capitalismo.

O fim do sistema bipolar trouxe muitas incertezas para a construção da nova ordem mundial, em uma conjuntura marcada pelo acirramento da competição econômico-tecnológica mundial. A globalização acelerou-se e ao mesmo tempo houve a construção de blocos regionais com cadeias produtivas cada vez mais transnacionais. A formação de polos econômicos e a emergência de novos estados criaram uma conjuntura que dava indícios da multipolaridade. A intensidade desse processo provocou, inicialmente, profundos efeitos desestabilizadores, gerando a fragmentação social e nacional, essa última particularmente presente nos países periféricos (VISENTINI, 2011a).

Com a Crise Sistêmica, segundo Wallerstein (2005), o sistema capitalista precisou se expandir para a nova fronteira de modo a compensar a crise no centro. Em meio ao reordenamento mundial, a Ásia emerge como uma nova fronteira econômica. Além do leste asiático, os países da Ásia Central e ex-estados soviéticos passam a ser englobados no sistema mundo. O vácuo deixado pela URSS unido as diversas intervenções que ocorreram nos espaços asiáticos, levaram ao surgimento de diversos conflitos devido a fragmentação dos Estados. Assim, a segurança da região também levanta sérias interrogações. A ascensão

chinesa, potencializada pelo “incremento e modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, [ampliação da] sua autonomia político-diplomática, [passou] a preocupar particularmente os EUA, que buscam reafirmar sua predominância a um custo mais baixo que durante a Guerra Fria” (VISENTINI, 2011a, p. 134).

Percebendo que a sua ascensão econômica estava causando reações negativas no sistema internacional, a China cria duas estratégias para garantir sua posição no sistema internacional: a diversificação de parcerias e a ascensão pacífica. Não só as potências ocidentais estavam receosas com o aumento das capacidades chinesas como seus vizinhos estavam sendo afetados por ela. O sudeste asiático, particularmente, foi abalado pela inserção chinesa na economia mundial, tendo em vista que seu peso acaba anulando as vantagens comparativas na região, por concentrar as mesmas a baixos custos de produção. A China se aproveita do movimento da regionalização e passa a tentar entrar nas diversas instituições internacionais<sup>27</sup>. Os demais países da Ásia passaram a formar blocos econômicos e securitários para cooperação de suas políticas e aumentar seu peso internacional. Um exemplo disso é a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que rapidamente estreitou suas relações para acelerar seu desenvolvimento econômico e garantir a segurança na região. O *gap* securitário na Ásia estava sendo assegurado pelas novas organizações, mas com os atentados de setembro de 2001, as relações de poder se alteraram novamente (VISENTINI, 2011a).

A cooperação entre a nova Rússia e a República Popular da China nos campos econômico, comercial, tecnológico, securitário, militar e diplomático tem sido crescente. Essa relação se torna inevitável quanto levado em conta que ambas são potências nucleares que dividem fronteira e tem espaços de influência que se confundem, como a Ásia Central, a qual possui uma posição estratégica privilegiada e de imensos recursos naturais, como petróleo e gás. “Tanto os interesses econômicos como a criação de um diálogo permanente no campo da segurança têm criado uma situação de crescente cooperação entre a China e o sudeste asiático” (VISENTINI, 2011a, p. 135). Ainda, as relações na península coreana demonstram inúmeras vezes sinais de conflito e tensão, mas a diplomacia chinesa tem encontrado formas de resolvê-las por meio do diálogo, evitando assim rupturas. A normalização das relações chinesas foi então além da com o ocidente, também passou a criar um espaço pacífico e estável no seu entorno. A Ásia central se torna alvo no século XXI de grupos terroristas e intervenções militares, principalmente dos EUA. Contudo,

---

<sup>27</sup> Como OMC, ASEAN+3, BRIC (BRICS - 2013), BASIC, G2, G8+5, G20, FOCAC, OCX (criação chinesa), APEC, entre outros.

alguns são extremamente vulneráveis a esse tipo de pressão, por sua dependência diplomática, militar e comercial em relação aos EUA. Assim, a China, embora se esquivando formalmente de desempenhar tal papel, acaba sendo a principal garantia do chamado 'modelo asiático', um dos responsáveis pelo acelerado crescimento econômico da região (VISENTINI, 2011a, p. 136).

Apesar dos tumultos de 1989, os chineses conseguiram colher os frutos das boas relações com o ocidente, no final dos anos noventa, com a reincorporação dos enclaves coloniais, Hong Kong (1997) e Macau (1999), com a estratégia “um país, dois sistemas” (SENISE, 2012). “E os dirigentes asiáticos têm perfeita consciência de que sem a China isso não seria possível, o que não significa ignorar a existência de divergências intra-asiáticas” (VISENTINI, 2011a, p. 136). Assim, tendo em vista o passado sinocêntrico, Kang (2003) analisa que as relações asiáticas ainda seguem padrões antigos de relações internacionais em certos aspectos, aceitando uma hierarquia interna, com a China assumindo uma posição avantajada. Isso não significa que eles sejam subordinados à China ou que não hajam divergências, como Visentini (2011a) argumenta, mas demonstra que existe uma dinâmica asiática alheia a ocidental. Isso se mostra na manutenção da presença americana na região com apoio das nações asiáticas, apesar de ocorrer a contragosto dos dirigentes chineses. Ainda, mesmo com esse apoio, os Estados asiáticos rechaçam pressões econômicas e ingerência estrangeira. Os Estados Unidos querem impedir o surgimento de novos polos de poder, como por exemplo a China. “Os EUA têm procurado estabelecer um cerco geopolítico à China, como bem o demonstram os acordos de Washington com a Mongólia, além de fomentar o separatismo no Tibete e em Taiwan, com apoio ao discurso independentista, como observou-se nas eleições taiwanesas de 1996” (VISENTINI, 2011a, p. 137). Assim, a estratégia americana para conter a china e seu desenvolvimento é isolá-la.

Outro empecilho dos anos noventa foram as crises financeiras asiáticas de 1997 e 1999. O forte impacto dessas crises atingiu vários países da região, afetando especialmente o sistema financeiro, com a desvalorização de moedas locais, facilitando a entrada de capital estrangeiro para a aquisição de empresas falidas. Nesse período, a China finaliza a reincorporação de seus antigos territórios, Hong Kong e Macau, sendo que as pressões pela fragmentação chinesa, com a crise no Estreito de Taiwan e no Tibete tornaram esse momento igualmente complicado. Por fim, a China conseguiu resistir à crise financeira asiática, mas esta prejudicou vários países, membros da ASEAN (VISENTINI, 2011a).

Por conseguinte, a China passou por diversas fases de formação do Estado moderno, as quais influenciaram seus objetivos-eixo no século XXI. As cicatrizes coloniais ainda afetam suas relações. As dificuldades internas e externas levaram os dirigentes chineses a buscarem um ambiente interno e externo estáveis para poderem alcançar seus objetivos de

modernização e desenvolvimento. O isolamento internacional na metade do século mostrou que a China precisa se inserir no sistema internacional para ter mais estabilidade e não sofrer tanta oposição, como é observável mais profundamente no próximo capítulo. A modernização, perseguida desde sua formação, mas agora com utilizando-se de estratégias mais pragmáticas, como a revoada dos gansos e a abertura comercial. A China entra no século XXI como o centro dinâmico da economia internacional, com a maior população e com um território com dimensões continentais. A ascensão chinesa se torna o principal tópico do século XXI e no próximo capítulo será avaliada que posição a China almeja no sistema internacional.

#### 4 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO SÉCULO XXI

Assim como a Revolução Soviética moldou o mundo pós-45, o fim da URSS moldou o mundo pós-Guerra Fria. O sistema internacional sofreu grandes transformações, as quais alteraram profundamente a configuração do poder político mundial. Sem o conflito bipolar, abre-se um novo período com a formação de novos polos, da breve supremacia americana para o desenvolvimento de polos emergentes como os BRICS. Entre essas potências emergentes, temos o peso significativo da China, “como fator decisivo da cadeia de transformações que reestruturam a ordem mundial” (CABRAL FILHO, 1996, p. 209). Com o crescimento econômico a taxas de 10% a.a., por algumas décadas, a China aparece como um novo ator relevante no SI, além de ser a fábrica do mundo, passou a produzir cada vez mais produtos com alto valor agregado. A Revoadada dos Gansos impulsionou a China para a modernização de sua indústria. A RPC surpreendeu os analistas políticos “principalmente por ter realizado a reforma de suas estruturas, escapando da crise que se abateu sobre o conjunto dos países socialistas” (CABRAL FILHO, 1996, p. 210) e por sua expansão econômica mesmo após as crises do final do século XX.

A China entrou no novo ciclo, de crise sistêmica, entrando em conflito com os seus parceiros econômicos após o ocorrido em Tiananmen. A China se torna um perigo iminente, como visto na obra de Samuel Huntington (1993), *O Choque das Civilizações*, que a coloca como próximo inimigo do Ocidente. Desde então, cientistas políticos e a mídia internacional vêm retratando a China como o “Perigo Amarelo”. Para o mundo do século XXI, “projeta-se como um novo e gigantesco parceiro global, que se encontra a meio caminho entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento” (CABRAL FILHO, 1996, p. 210). Tendo em vista seu sucesso econômico, esta nação gera inquietação no ocidente.

Enquanto a China se fortalece, contudo, o Sistema Internacional entra em crise. Isso, em si, já provoca “medo” na comunidade internacional, aliado a isso, as dimensões demográficas e geográficas tornam a china um poderoso oponente. Todavia, segundo Visentini (2011a) e dentro da perspectiva de Halliday (1999a), “o problema não diz respeito apenas ao peso da China, mas principalmente às características do projeto chinês” (VISENTINI, 2011a, p. 133). Beijing é uma potência nuclear, com uma grande capacidade militar (indústria armamentista própria, tecnologia aeroespacial e de mísseis), “além do fato de tratar-se de um modelo de desenvolvimento de pretensões autônomas” (VISENTINI, 2011a, p. 133). Assim, na perspectiva ocidental é natural que esse tipo de potência busque a supremacia dentro da ordem internacional, tendo em vista as perspectivas realista das relações

internacionais<sup>28</sup>, além de ser “o único país em desenvolvimento que se encontra no núcleo do poder mundial” (VISENTINI, 2011a, p. 133).

Apesar das crises dos anos noventa terem afetado a China e dificultado a transição para os anos 2000, esta se torna o centro dinâmico da economia mundial, ainda mais perigosa para a hegemonia americana. O desejo de construção de um mundo multipolar, relatado em diversos documentos oficiais<sup>29</sup>, também colide com o projeto norte-americano. Assim, logo no início do novo século, o 11 de setembro de 2001 cria uma nova legitimidade para as ações unilaterais americanas, a Guerra ao Terror. Esse acontecimento torna difícil a contraposição aos EUA, tendo em vista que até a China se solidarizou com a causa americana, devido aos problemas com terrorismo em Xinjiang. Assim, os primeiros anos do novo século foram marcados pelas invasões americanas na Ásia Central e Oriente Médio, as quais duram até hoje. Ainda, ele também coincidiu com a criação da OCX que fora criada para resolver os problemas securitários na Ásia Central.

Apesar de ser um acontecimento lamentável, o atentado contra o World Trade Center foi uma boa justificativa para ter acesso aos recursos da Ásia Central, assim, segundo Visentini (2011a), “o potencial conflitivo da região e a dimensão de cerco, real ou potencial, que a estratégia norte-americana provoca (sobretudo em relação à China), fazem que a noção de segurança asiática seja ampliada para a Ásia Central e, por meio desta, ao próprio Oriente Médio” (p.135). Todd (2001) argumenta que os Estados Unidos precisam de um inimigo para ter legitimidade, ainda é necessário um mundo em crise para que eles prosperem. Assim, o projeto hegemônico americano é diametralmente oposto ao chinês. Ainda, os americanos procuram evitar que a região da Ásia Central se torne um canal de comunicação entre a Ásia e a Europa. A Nova Rota da Seda (2013) também, já que “[p]ara os Estados Unidos, uma Ásia maior, comportando maior número de atores políticos e com uma economia que progressivamente entrelaça o próprio continente, significa maiores dificuldades de influência sobre a evolução político-econômica da região” (VISENTINI, 2011a, p. 136).

As tentativas de contrarrevolução continuam no século XXI, então, com a guerra ao terrorismo. A ampla intervenção americana no entorno estratégico chinês, Afeganistão, Iraque, bem como a exploração das crises na península coreana e da luta contra o terrorismo na linha que vai do sul das Filipinas até o Paquistão, representaram situações preocupantes para os dirigentes chineses, mostrando que a política externa norte-americana do início do

---

<sup>28</sup> A Teoria do Realismo das relações internacionais argumenta que a política internacional é uma luta pelo poder e uma procura pela sobrevivência. Nesse contexto, resulta em uma circunstância de conflito permanente entre os Estados (FERNANDES, 2016).

<sup>29</sup> (CHINA, 2011), (CHINA, 2014), (CHINA, 2015), (CHINA, 2018), (CHINA, 2019).

século tinha plenas intenções de desestabilizar os entornos asiáticos. Ainda, essas interferências na Ásia tinham igualmente a intenção de dificultar a aproximação da Rússia e da China, lembrando que esse é o período de consolidação da OCX, maior integração regional entre Rússia e China. Essas invasões serviram para ter acesso aos recursos naturais, mas também para cercar a China e impedir que organize essa região em torno de seus interesses. O combate ao Eixo do Mal<sup>30</sup>, segundo Todd (2001), na verdade tinha como objetivo impedir a formação de novos polos de poder na Ásia, sabotando assim a formação de um sistema multipolar. O desenvolvimento dessa região resulta na marginalização dos EUA, fora das cadeias globais de produção, levando eventualmente à perda da posição de liderança. Assim, a instabilidade na Ásia serve ao propósito americano de combater a multipolaridade.

A China trabalha ativamente para a construção de um mundo multipolar, o qual ela acredita que seja mais estável para seu desenvolvimento. Ainda assim, a China evita tensionar suas relações com os EUA, por ser um de seus maiores parceiros econômicos, estando, então, intrinsecamente ligados. A manutenção do crescimento econômico é extremamente essencial para atingir seu objetivo eixo de modernização. O Estado chinês “busca cada vez mais associar os vizinhos ao seu processo de desenvolvimento econômico, o que vem fazendo com sucesso, enquanto participa nas iniciativas regionais de cooperação, econômicas, políticas ou de segurança, como no caso da ASEAN” (VISENTINI, 2011a, p. 139). Essas iniciativas de cooperação são bastante populares entre os países menores, pois balanceiam o peso da China. A China participa da nova ordem mundial de modo prudente e pacífico, ou seja, buscando relações estáveis e que sustentem seus planos estratégicos para o desenvolvimento interno.

Por fim, os Protestos na Praça de Paz Celestial geraram fortes reações internacionais, principalmente dos países ocidentais. A fragilidade da relação chinesa é percebida toda vez que algum escândalo, por exemplo, as crises no Estreito de Taiwan ou a Revolução Jasmim (2011), ocorre na China, logo os analistas tocam nos aspectos da falta de democracia do país ou da sua intenção de tornar-se a próxima hegemonia. Ao contrário do Ocidente, os países africanos têm estreitado as relações com a China a partir do final dos anos noventa. Estes também sofrem com a pressão internacional em relação aos seus regimes pouco democráticos. A aproximação com a África se tornou muito vantajosa para a China, por servir de base de sustentação na ONU; ser destino das exportações de bens de consumo e de IED; e ser uma fonte de matérias-primas. A China estabelece uma relação com a África que se assemelha

---

<sup>30</sup> Eixo do mal se refere ao termo utilizado por Bush no seu Discurso sobre o Estado da União (2002) formalizando a Doutrina Bush. Os países que integram ele são o Irã, o Iraque, e a Coreia do Norte (MARTEL, 2012).

com sua relação com o Japão nos anos 80, onde a China supria as necessidades por matérias-primas baratas e por um mercado consumidor para seus bens de consumo e ao mesmo tempo recebia investimentos em infraestrutura e empréstimos. Além disso, as relações sino-africanas também serviram para minar as relações diplomáticas de Taiwan, que aos poucos foram perdendo reconhecimento dos mesmos. Essa relação com a China é benéfica, apesar da contrapartida de não reconhecer Taiwan - parte de sua política de *Uma só China*<sup>31</sup>; o empréstimo que a China oferece para a África não tem contrapartidas invasivas como ter um regime democrático ou manter medidas econômicas ortodoxas, ou seja, não há interferência interna, seguindo ainda os princípios da coexistência pacífica. Esse tipo de relação também recebe críticas, pois, segundo analistas políticos, sustenta governos ditatoriais e corruptos, mas para as partes envolvidas é mais uma tentativa de sabotar o desenvolvimento das regiões periféricas. As relações com os seus vizinhos, segundo Visentini (2011a), são historicamente amigáveis, buscando criar relações positivas e de longo prazo, para evitar confrontos futuros.

Por fim, o 9/11, segundo Wallerstein (2003) e Amin (2006), marcou o declínio da hegemonia americana, mostrando os limites do seu poder militar. Ainda, Wallerstein argumenta que os EUA, e as principais economias do sistema mundo, estão em decadência desde os anos setenta. Esses fatos são importantes, pois vão determinar as relações com a China no século XXI. O objetivo de criar um mundo multipolar mais estável, como foi analisado até o momento, entra em choque com o modelo hegemônico estadunidense.

Assim, o PCC percebe que é necessário iniciar um projeto de diversificação de parcerias para poder criar um ambiente externo estável para poder focar nos seus dilemas internos. De 1950 a 2019, a população chinesa quase triplicou (de 564.191 milhões a 1.438.193 bilhões de habitantes<sup>32</sup>). O terceiro maior país em área 9.596.961km<sup>2</sup> e PIB 14,216.503<sup>33</sup> trilhões dólares. Fica claro que o desenvolvimento econômico, social, cultural e político chinês ainda tem um longo caminho a percorrer. Nos próprios documentos oficiais chineses, os líderes chineses reconhecem que estão historicamente atrasados em relação ao resto do mundo, além disso, sua imensa população dilui seu Produto Interno Bruto (PIB), por mais alto que seja (POMAR, 2003). Por fim, o ambiente internacional estável que tanto necessitam para manter seu desenvolvimento interno não depende só dos dirigentes chineses.

---

<sup>31</sup> A Política de uma China é o princípio segundo o qual existiria apenas uma China. A República Popular da China, o Tibete, Hong Kong, Macau, Xinjiang e a China Nacionalista (Taiwan) são, todos. Todos os países que desejem manter relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC) são obrigados a reconhecer este princípio (PEOPLE'S DAILY, 2005).

<sup>32</sup> (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 2019)

<sup>33</sup> (FMI, 2019)

#### 4.1 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO

Conforme as discussões no capítulo 3 e no início deste capítulo, podemos operacionalizar os quatro propósitos fundamentais da estratégia nacional chinesa (*Guojia Zhanlue*): (i) resguardar a soberania e unidade do território nacional; (ii) orientar a construção nacional e o desenvolvimento social; (iii) reforçar o poder nacional; (iv) e, por fim, assegurar a continuidade da prosperidade nacional. Assim, segundo Romana (2007),

verifica-se que os objetivos estratégicos nacionais *Guojia Zhanlue Mubiao* constituem princípios, conceitos e propriedades estratégicas orientadores não só das políticas externa e de defesa, mas também de áreas internas críticas para a construção nacional e para a ordem interna (p. 228-229).

Estes objetivos incluem alcançar o status de grande potência econômico, tecnológica e militar, “com o concomitante nível de reconhecimento internacional, e o desenvolvimento de capacidades de defesa contra ameaças internas ou externas à estabilidade política, soberania nacional e integridade territorial” (ROMANA, 2007, p. 229). Estes objetivos estratégicos são mais extensivamente apresentados “nas linhas gerais (Zong Luxian) das políticas interna e externa estabelecidas pelos líderes do Partido” (ROMANA, 2007, p. 229).

No presente, os objetivos estratégicos principais na arena internacional são: (i) manter um ambiente externo favorável ao prosseguimento das reformas econômicas, à abertura ao exterior e à construção econômica; (ii) preservar ou expandir a independência estratégica, em ambiente multipolar; (iii) reforçar os esforços de reunificação da China; (iv) reforçar as capacidades da China para se defender contra as pressões externas ou ataques emergentes por uma ameaça do ambiente de segurança (ROMANA, 2007, p. 229).

Podemos sintetizar os objetivos de Segurança Nacional da RPC, segundo Finkelstein (2007), em (i) Soberania, (ii) Modernização e (iii) Estabilidade. A soberania chinesa é um aspecto citado na maioria dos documentos oficiais chineses, por meio da constante referência à história chinesa contemporânea ou a sua história de conflitos. Além das referências nos livros brancos, nos Congressos do Partido Comunista Chinês geralmente há a menção ao século da humilhação (1849-1949), com as guerras do ópio e as intervenções das oito potências (Revolta dos Boxers - 1890 e Guerra Sino-Japonesa 1937-1945). Essas referências constantes demonstram sua profunda relação com os objetivos-eixo traçados pelo partido comunista chinesa, assim, colocando a soberania e salvaguarda dos territórios como essencial para a sobrevivência da nação. Esses objetivos:

são também resultado de mais de um século de intervenção estrangeira militar, política e econômica e, internamente, dos efeitos do "warlordism" e do regionalismo, a que se acresce a dificuldade dos chineses em definirem o conceito geográfico da China como Estado-nação (ROMANA, 2007, p. 229).

Deste modo, sem a contextualização histórica e a análise dos documentos, não é

possível entender a determinação de conseguir recuperar os territórios cedidos durante o século da humilhação e a ilha de Formosa com a fuga do partido nacionalista. A expulsão dos estrangeiros do território chinês foi um dos pilares que legitimaram o PCC. Assim, “o retorno de Hong-Kong e de Macau à China constituiu um fator determinante na consolidação de uma China forte” (ROMANA, 2007, p. 229), para tanto, agora resta só Taiwan. Podemos categorizar, segundo Romana (2007) e Finkelstein (2007), seis categorias de questões relacionadas à soberania chinesa:

(i) retorno de Taiwan; (ii) as disputas fronteiriças; (iii) as dificuldades de controlar os territórios de Xinjiang e Tibete, cuja população nativa se opõe à administração da China; (iv) as múltiplas situações de disputa marítima ao mar do sul da China; (v) a ingerência estrangeira nas questões políticas e sociais internas; (vi) a pressão internacional no sentido da China aderir protocolos e outros instrumentos, de carácter multilateral, os quais possam constrianger a liberdade de atuação de Pequim (ROMANA, 2007, p. 230).

A modernização que se iniciou desde as reformas de 1978 também se encaixa como objetivo-eixo dos dirigentes chineses. Essa questão engloba a necessidade de aumentar a “capacidade econômica da nação, o reforço das capacidades científicas e tecnológicas e o aumento das condições de vida da população” (ROMANA, 2007, p. 230). Essas capacidades ultrapassam o aspecto econômico, englobando mudanças sociais, reformas políticas e inovação tecnológica e científica. “Os dirigentes chineses [creem] que a soberania e a posição da China entre os países mais avançados do mundo será no futuro, garantida pela sua força econômica e tecnológica” (ROMANA, 2007, p. 230). Ainda, assim como os japoneses, “os chineses acreditam que o melhor antídoto para o conflito e a instabilidade é o desenvolvimento econômico sustentado. Essa é a estratégia que adotaram em casa” (BRAUTIGAM, 2009, p. 21, tradução própria).

Por fim, a estabilidade é um ponto também essencial para alcançar os objetivos anteriores. A estabilidade pode ser entendida no âmbito interno e externo. A história da civilização chinesa foi marcada por ciclos de paz e violência, de integração dos territórios e desintegração. Os dois últimos séculos foram marcados pelo caos e violência, ou como o conceito chinês "*Wei Wan Wai Huan*" (desordem doméstica e calamidades externas). O grande desafio da atualidade que coloca em xeque os seus objetivos-chave é o risco da instabilidade, seja na manutenção da ordem interna ou externa. Um aspecto importante do objetivo da estabilidade é a manutenção do regime por parte do PCC. Como descrito no Livro Branco, sobre a ascensão pacífica (2011), “a China declarou ao resto do mundo em muitas ocasiões que segue um caminho de desenvolvimento pacífico e está comprometida em manter a paz mundial e promover o desenvolvimento e a prosperidade comuns para todos os países”.

Para alcançar seus objetivos, é imprescindível um ambiente internacional pacífico.

Uma vez alcançando os três objetivos-chave, soberania, modernização e estabilidade, a China conseguirá melhorar as condições internas e recuperar o seu papel como Estado do centro no sistema asiático “a China conseguirá melhorar as condições internas e recuperar o seu papel como Estado do centro no sistema asiático” e, segundo Romana (2007, p. 230), “num futuro mundo multipolar, que segundo os teóricos chineses incluirá como polos estratégicos a China, os EUA, a Rússia, o Japão e a Europa”. Desse modo, para responder melhor o problema de pesquisa e perceber os objetivos da China acima citados, foram escolhidas as seguintes estratégias: um país, dois sistemas; ascensão pacífica; diversificação de parcerias; e a *Belt and Road*. Estas estratégias mostram relações entre a política interna e externa, demonstrando a busca por: soberania, modernização e estabilidade.

Segundo o Livro Branco (2014), *A prática da política "um país, dois sistemas" na região administrativa especial de Hong Kong*, a estratégia *Um país, dois sistemas* “é uma política estatal básica que o governo chinês adotou para realizar a reunificação pacífica do país” (CHINA, 2014, tradução própria). Ela foi idealizada por Deng Xiaoping em 1982 e apresentado aos britânicos em 1984. Por meio desse princípio a China conseguiu resolver a questão de Hong Kong por meio de negociações diplomáticas com o governo britânico, encerrando o domínio colonial e retomando o exercício da soberania sobre Hong Kong em 1º de julho de 1997. Este princípio é benéfico para a China, pois ampliou as opções de inserção internacional, uma vez que Hong Kong permaneceria com um sistema capitalista por 50 anos, até 2047, mas retornando à soberania chinesa. Esta foi uma medida conciliatória com Hong Kong, mas principalmente com a comunidade internacional. Em vez de simplesmente impor sua reivindicação, os dirigentes chineses criaram um conceito que possibilitou o retorno dos seus territórios sem entrar em conflito com as potências imperialista.

Como de praxe, a China coloca a defesa da soberania, segurança e desenvolvimento como fundamentais nos seus documentos oficiais:

o ponto crucial para fazer valer o princípio de "um país", é manter a soberania da China, os interesses de segurança e desenvolvimento e respeitar o sistema fundamental do país e outros sistemas e princípios (CHINA, 2014, tradução própria).

A recuperação desses territórios foi uma grande vitória do Partido Comunista chinês, além de ter contribuído para sua modernização com a utilização de Hong Kong como plataforma de exportação. No livro branco de 2014, os dirigentes exprimem que os

intercâmbios cada vez mais frequentes e cooperação mais estreita entre Hong Kong

e o continente expandiram os canais para o desenvolvimento comum, aproveitando vantagens complementares. Hong Kong ganhou acesso a enorme espaço e impulso para o desenvolvimento, aproveitando o amplo mercado e os abundantes recursos de fatores do continente e as oportunidades do rápido desenvolvimento da China. Ao consolidar e aprimorar suas vantagens existentes, Hong Kong pode desempenhar melhor seu papel na introdução de talentos e investimentos externos, na absorção de tecnologias avançadas internacionalmente e na experiência gerencial, servindo como uma ponte para a implementação da estratégia de "globalização" da China e ajudando a acelerar o processo. mudança do modo de crescimento no continente. Além disso, a experiência de Hong Kong pode ser uma referência para o continente buscar formas inovadoras de gestão social e econômica (CHINA, 2014, tradução própria).

Outro ponto crucial desse princípio é a manutenção do sistema socialista na China continental. Algumas regiões da China tem permissão do governo central para manter o sistema capitalista no longo prazo. Na visão chinesa, o “sistema socialista do continente é o pré-requisito e garantia para que o capitalismo seja praticado em Hong Kong e para manter sua estabilidade e prosperidade” (CHINA, 2014), ou seja, é o desenvolvimento da China continental que sustenta a economia de Hong Kong.

A Ascensão Pacífica surge como uma resposta às narrativas de uma China em busca da posição hegemônica. Como já mencionado ao longo deste trabalho, um país com as proporções da China, em crescimento constante desde sua formação na década de cinquenta, criou esse medo na comunidade internacional. Entretanto, em seu Livro Branco de 2005, a China estabelece ao mundo que deseja ter uma ascensão pacífica. Depois do Século da Humilhação e sua subordinação ao centro capitalista, a China deseja ascender no SI em busca de uma posição intermediária para garantir sua autonomia e desenvolvimento. Conforme o Livro Branco (2005),

levando em consideração a história, baseando-se na realidade presente e olhando para o futuro, a China seguirá inabalável no caminho do desenvolvimento pacífico, esforçando-se para alcançar um desenvolvimento pacífico, aberto, cooperativo e harmonioso: (i) lutando por um pacífico ambiente internacional para se desenvolver e promover a paz mundial através de seu próprio desenvolvimento; (ii) alcançar o desenvolvimento confiando em si mesmo, juntamente com a reforma e a inovação, enquanto persiste na política de abertura; (iii) em conformidade com a tendência da globalização econômica e esforçando-se para alcançar um desenvolvimento comum mutuamente benéfico com outros países; (iv) manter a paz, o desenvolvimento e a cooperação e, juntamente com todos os outros países, dedicar-se à construção de um mundo harmonioso, marcado pela paz sustentada e pela prosperidade comum (CHINA, 2005, tradução própria).

Com esse documento, a China se compromete com o seu desenvolvimento, mas especialmente com um desenvolvimento não prejudicial para o mundo. A China compreende que seu desenvolvimento está diretamente ligado ao resto do mundo e mantém uma política de cooperação e harmonia. Nas palavras dos dirigentes chineses:

a China persiste em sua busca de harmonia e desenvolvimento internamente, enquanto busca paz e desenvolvimento externamente; os dois aspectos, intimamente ligados e organicamente unidos, são um todo integrado e ajudarão a construir um mundo harmonioso de paz sustentada e prosperidade comum (CHINA, 2005, tradução própria).

Essa declaração para o mundo serve para tranquilizar o sistema internacional e deixar claro que a China não tem intenção de assumir o posto de nova hegemonia. Tanto que, em 2011, a China reafirmou seu comprometimento com a ascensão pacífica e com sua negação a hegemonia: “o desenvolvimento pacífico da China rompeu com o padrão tradicional, onde um poder crescente estava fadado a buscar hegemonia” (CHINA, 2011, tradução própria). Assim, percebemos que essa estratégia busca apaziguar sua modernização crescente com o sistema internacional, mostrando sua intenção de fazer parte e não organizar o sistema. A China sustenta que as experiências com o Século da Humilhação gerou a necessidade de modernizar e estabilizar a China. De acordo com os objetivos-eixo, essa estratégia é importante para criar um ambiente internacional estável, para dar continuidade nas reformas internas. Por fim, a China reconhece suas fraquezas e forças,

embora tenha feito enormes conquistas no desenvolvimento, a China, com uma grande população, uma base econômica fraca e um desenvolvimento desequilibrado, ainda é o maior país em desenvolvimento do mundo. É tarefa central da China promover o desenvolvimento econômico e social, melhorando continuamente a vida de seu povo. Seguir o caminho do desenvolvimento pacífico é o caminho inevitável para a China alcançar prosperidade e força nacional, e a felicidade de seu povo. O que o povo chinês precisa e valoriza mais é um ambiente internacional pacífico (CHINA, 2005, tradução própria).

O seu modelo econômico necessita da abertura comercial e, portanto, de boas relações com os demais países. A China ainda se considera um país em desenvolvimento que enfrenta as mazelas do subdesenvolvimento. A China aprofunda seu processo de ampliação do bem-estar da sua população e, para tanto, necessita manter o desenvolvimento econômico. Por fim, ela deseja diminuir o *gap* entre o norte e o sul, para que todos possam experimentar o desenvolvimento.

A diversificação de parcerias não possui um livro branco, mas essa estratégia pode ser percebida nas relações da China com o mundo e tendo em vista seu passado recente. Esta pode ser entendida tendo em vista a discussão no capítulo 3. O período de isolamento internacional foi muito duro para a China em termos de seu desenvolvimento. Com um sistema internacional hostil e sem acesso ao capital externo<sup>34</sup>, a modernização chinesa foi paga pelo próprio governo chinês. Entretanto, percebeu-se que a China não conseguiria

---

<sup>34</sup> Tirando os pacotes de ajuda soviética, mas que não eram o suficiente para impulsionar a economia chinesa, fazendo-se necessário um alto investimento por parte do próprio governo chinês.

alcançar o *gap* tecnológico sozinha. Com a abertura comercial nos anos 70 e 80, e com a instituição do modelo “revoada dos gansos” com o Japão, a China passou a ter acesso aos mercados e financiamentos internacionais.

Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento pacífico e a ascensão pacífica mostram a disposição da China em trabalhar com todos os Estados para construir um desenvolvimento sustentável. Depois de um período de acomodação ao sistema, a China passou a agir mais ativamente na construção da nova ordem. Isso não significa que ela deseja fazer isso sozinha; em vários documentos oficiais ela estipula a necessidade de criação de uma ordem multipolar, com vários polos auxiliando na construção da nova ordem. Essa mudança recente ocorre para garantir um ambiente pacífico para seu próprio desenvolvimento. Para tanto, tornou-se necessário que a China desempenhasse um papel mais ativo na sua formação (CLEGG, 2009). Como já mencionado, a China é um obstáculo à ordem norte-americana que cria instabilidade ao redor do globo (TODD, 2001).

Assim, a decisão de agir mais no sistema internacional significa tomar as rédeas da construção de um sistema internacional mais pacífico, mas isso não implica a construção unilateral de uma nova ordem. A entrada em organizações internacionais, bem como a criação de novas, mostra seu comprometimento em diversificar parcerias e se inserir no sistema. Segundo Clegg (2009), a decisão da China de ser uma potência mais “ativista” deve ser entendida, em primeiro lugar, no contexto de sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Os dirigentes chineses perceberam que, embora sua economia agora fosse mais dependente das políticas econômicas de outros países, diminuindo, assim, sua soberania nacional, na realidade teria mais soberania, pois as ações teriam maior impacto internacional. Ainda, a adesão à OMC deu um novo impulso à diplomacia econômica e à atividade da China na promoção da cooperação econômica Sul-Sul como base para o diálogo Norte-Sul. Entre os anos de 2003 e 2005, o Presidente Hu Jintao percorreu a Europa, Ásia, América Latina e África com o objetivo de promover negociações sobre parcerias estratégicas de cooperação, colocando a China na posição de principal participante global. A China avançava ativamente para promover a multipolaridade na prática.

A China optou por se juntar aos sistemas multilaterais, utilizando-as como uma plataforma para desafiar os Estados Unidos dentro do jogo existente, em vez de tentar formar uma coalizão anti-americana. Ao declarar seu compromisso com o desenvolvimento pacífico, a China deixou clara sua intenção, ao assumir seu papel de potência em ascensão, de não desafiar a configuração do sistema internacional liderado pelos EUA. Ao contrário, ao participar de assuntos regionais e globais, procura desempenhar seu papel como uma potência

crescente na melhoria da ordem internacional desigual. Além de uma declaração à comunidade internacional, o conceito de ascensão pacífica foi uma reação às ações unilaterais americanas no mesmo período, instituindo assim o novo padrão de relações com o sistema internacional que ela deseja estabelecer (CLEGG, 2009).

O desenvolvimento da China está começando a desafiar o domínio do capital financeiro e do monopólio, tendo em vista as instituições de ajuda financeira; a minar a hegemonia baseada no dólar dos EUA por meio de sua própria gestão independente de sua taxa de câmbio, ignorando o Consenso de Washington; e a enfraquecer o controle dos países desenvolvidos sobre o mundo em desenvolvimento em seus esforços para promover a cooperação Sul-Sul, por ser uma opção menos invasiva nas políticas internas. Os esforços dos EUA para manter a hegemonia econômica global são profundamente desestabilizadores. A tentativa chinesa de estabelecer um sistema econômico internacional mais firme, ou seja, menos destrutivo para os demais Estados, exhibe novas abordagens aos acordos de comércio, investimento e moeda internacional, fazendo movimentos concretos em direção a uma globalização justa, como através da *Belt and Road Initiative* (BRAUTIGAM, 2009; CLEGG, 2009).

A China não deseja pagar o custo de ser a nova hegemonia, visto que uma valorização do RMB levaria a um cenário desastroso para o desenvolvimento chinês. Por esse motivo, um sistema multipolar é a melhor solução para o seu próprio desenvolvimento e para a construção de um sistema mais estável (CLEGG, 2009).

Tendo em vista esse objetivo, a China se utiliza da globalização para se tornar indispensável ao funcionamento da economia mundial, criando interdependência. Assim, por meio dessa estratégia, se torna mais difícil para os EUA impor o isolamento. A China, então, consegue evitar o cerco que ocorreu no século passado, especialmente em meio às crises da sua imagem na comunidade internacional, como com os escândalos de violação de direitos humanos. O objetivo chinês é levar os Estados Unidos para uma arena mais ampla com mais possibilidades de diálogo. Portanto, podemos considerar o projeto de diversificação de parcerias e construção de um mundo multipolar como uma estratégia anti-hegemônica, mas não com o intuito de assumir esse posto (CLEGG, 2009).

Em 2013, a China anunciou na Ásia Central a Iniciativa *Belt and Road*. Esta se refere ao Cinturão Econômico e à Rota Marítima, uma estratégia de desenvolvimento lançada pelo governo chinês com a intenção de promover a cooperação econômica entre os países ao longo das diversas rotas propostas. A Iniciativa foi projetada para melhorar o fluxo de fatores econômicos e a alocação eficiente de recursos. Pretende-se também promover a integração do



influência não considera os objetivos centrais dessa iniciativa, como a modernização do oeste chinês, a ampliação de mercados consumidores, o acesso a matérias-primas, fazendo um contorno ao redor dos conflitos com os vizinhos e a garantia da conexão com o mundo. Ainda, como Brautigam (2009) argumentou, a China utiliza o desenvolvimento econômico como antídoto para o conflito, assim, os conflitos em Xinjiang também podem ser resolvidos no longo prazo.

Através dessa breve análise dos objetivos-eixo e das estratégias de inserção, percebemos que a China tem um enfoque conciliatório e participativo no sistema internacional. Até em questões imperativas como o retorno dos territórios, como Hong Kong, Macau e Taiwan, é perceptível uma abordagem mais diplomática para resolver essas questões. Assim, o ponto principal para este trabalho é a busca pela estabilidade, que podemos observar na busca por diversificação de parcerias e construção de um mundo multipolar, com o exemplo prático da Belt and Road Initiative (BRI).

## 4.2 ANÁLISE DO EFEITO DA ESTRATÉGIA CHINESA

O autor Oliver Stuenkel (2017), em seu livro, “BRICS e o futuro da ordem global”, faz a seguinte colocação: “apenas quem enxerga a liderança norte-americana, e não as normas e a funcionalidade do sistema como o elemento decisivo da ordem de hoje, chamará o BRICS de revisionista” (STUENKEL, 2017, p. 168). Da mesma forma, seguindo a lógica do autor, apenas quem enxerga a liderança norte-americana, e não as estratégias de ação chinesa em busca de estabilidade e desenvolvimento, chamará a China de neoimperialista ou perigosa. A narrativa por parte de cientistas políticos como Huntington, Mearsheimer, entre outros, que se referem a China como próximo obstáculo para a ordem internacional, estão se referindo ao declínio do poder americano e não às estratégias do Estado chinês. Stuenkel (2017) argumenta que:

enquanto a China exhibe várias formas de intervenção estatal na economia que dão ao capitalismo chinês um aspecto bastante distinto daquele estabelecido pelo Consenso de Washington, essas adaptações locais não necessariamente representam uma antítese, nem uma alternativa, a ele. Não faz sentido, portanto, falar de um Consenso de Pequim [...] coerente que possa desafiar as noções incorporadas no Consenso de Washington, o que é particularmente importante para os *policy makers* do mundo em desenvolvimento que procuram copiar o modelo chinês na esperança de descartar por completo o Consenso de Washington. Em vez de rejeitarem o Consenso de Washington, os BRICS parecem tê-lo transformado (STUENKEL, 2017, p. 164).

Assim, conforme mostrado no subcapítulo anterior, as estratégias chinesas são voltadas à manutenção da soberania, à modernização e à estabilidade chinesa. A busca por estabilidade, tanto interna como externa, moldou as relações do Estado chinês com seus vizinhos e com as demais regiões do globo. A exportação do modelo da ‘revoada dos gansos’ é vista na sua relação com os Estados asiáticos e africanos. A Iniciativa Belt and Road é uma estratégia de modernização interna e manutenção da sua inserção internacional, evitando conflitos com os vizinhos.

A China tem se tornado um modelo de desenvolvimento sustentável<sup>35</sup> para os demais países periféricos, “seguindo seus próprios planos de quadruplicar seu PIB entre 2000 e 2020, tirando milhões de pessoas da pobreza” (CLEGG, 2009, p. 2, tradução própria). Apesar de ser vista como modelo, a China não impõe contrapartidas para os demais países que buscam auxílio. Por este motivo, a China é uma opção atraente para países em desenvolvimento, tornando-se uma contraposição ao Banco Mundial e ao FMI. Apesar disso, essa oposição não é um ataque a essas instituições, mas uma tentativa de criar alternativas mais sustentáveis e ao

---

<sup>35</sup> O termo econômico desenvolvimento sustentável significa o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (WWF, 2019).

mesmo tempo, alcançar seus objetivos como obtenção de matérias-primas (BRAUTIGAM, 2009).

A hegemonia estadunidense, como já colocado, está em declínio com suas guerras que são incapazes de vencer (WALLERSTEIN, 2003; AMIN, 2006; CLEGG, 2009) e a desaceleração da sua economia, a qual se inicia em 1970 e se aprofunda pós-crise de 2009.

Como explicado no capítulo 2 deste trabalho, as revoluções têm um profundo efeito sobre o sistema internacional. A China, apesar de alguns cientistas políticos colocarem em dúvida, é um Estado Revolucionário. É uma economia socialista com características chinesas (XIAOPING, 1985). Deste modo, simplesmente por apresentar um sistema alternativo ao *status quo*, ela sofre pressões externas e influencia o SI. A hegemonia unilateralista americana é um desafio para as estratégias chinesas, tendo em vista que os americanos precisam do conflito para ter legitimidade e a China precisa da estabilidade. Por conseguinte, o surgimento de novos polos de poder é benéfico para o projeto de Estado chinês, mas entra em conflito com o americano.

A multipolaridade é a estratégia anti-hegemônica, escolhida pelos líderes chineses desde 1980, como contrapartida ao monopólio da superpotência nos assuntos mundiais. A multipolaridade seria essencial para abrir espaço para novas iniciativas para o mundo em desenvolvimento. Isso remete ao passado chinês e sua capacidade de negociação aumentada pela bipolaridade da Guerra Fria. “A China concebe seu próprio futuro como uma potência entre um número crescente de outras pessoas em um contexto multipolar mais amplo, à medida que se desenvolve ao lado de outros países em desenvolvimento e de suas organizações regionais” (CLEGG, 2009, p. 13, tradução própria). O PCC percebeu que a China não tem como se desenvolver isoladamente, assim buscam a integração a ordem internacional como meio de influenciá-la por dentro. A China não tem como escapar do efeito do SI na sua ordem interna, mas consegue participar da ordem e ter um pouco mais de controle sobre as influências. Os analistas políticos tendem a ver a multipolaridade como algo caótico, mas

para a China a tendência multipolar potencialmente abre caminho para uma organização mais democrática dos assuntos mundiais, uma parceria igualitária que mantém as rivalidades de poder sob controle, criando espaço para o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul e Norte-Sul diálogo para moldar uma globalização justa (CLEGG, 2009, p. 13, tradução própria).

Com seu próprio desenvolvimento impulsionando o mundial e seu apoio a um mundo multipolar, “a ascensão da China parece inevitavelmente colocá-la em conflito com o projeto

hegemônico dos EUA” (CLEGG, 2009, p. 13, tradução própria). Existe muito mais uma discussão sobre a ascensão chinesa e seus perigos para o sistema internacional do que um estudo aprofundado sobre o desenvolvimento da China. A China é acusada de produzir de modo desleal<sup>36</sup> e de fazer dumping. Ao mesmo tempo é taxada de uma superpotência coercitiva em ascensão. Como já mencionado, assim surgem às noções estereotipadas baseadas mais nas imagens do século XIX do 'Perigo Amarelo' do que nas condições reais da China.

Assim, essa repercussão negativa das estratégias chinesas geralmente se relaciona à estratégia americana de retardar a ascensão chinesa. O perigo amarelo, as violações de direitos humanos, o financiamento de ditaduras, fornece “um cenário constante à medida que a “intervenção humanitária” evoluiu para o tema central da política externa dos EUA no período pós-Guerra Fria” (CLEGG, 2009, p. 14, tradução própria), além disso desincentiva os demais países capitalistas a se relacionar com a China. A ideia de que a China financia ditaduras por meio de ajuda financeira ou ao defender o princípio da não intervenção, na verdade, indica como a China se mostra como um obstáculo para a estratégia americana de manter o mundo em crise. Uma dessas estratégias é a agenda democratizante, a qual é utilizada como ferramenta para manter seu controle enfraquecido sobre o resto do mundo (AMIN, 2006; CLEGG, 2009).

Existe, portanto, uma visão sinofóbica que mostra a China como uma ditadura ideologicamente falida, devido ao seu comportamento dito capitalista, que mantém o poder através do nacionalismo agressivo e mantendo políticas hostis aos direitos humanos, tanto no âmbito externo quanto interno. A diplomacia chinesa nos países periféricos tem sido taxada de neoimperialista, por sua busca por recursos, como petróleo e minerais e expansão militar como no Mar do Sul da China ou na África (CABRAL FILHO, 1996; BRAUTIGAM, 2009; CLEGG, 2009).

As relações chinesas são geralmente bem-vindas por países em desenvolvimento, especialmente na África e na Ásia, pois não exigem contrapartidas que interfiram internamente. Segundo Visentini (2011a), “os pontos positivos são o crescimento econômico por que os países africanos vêm experimentando e o investimento pesado em infraestrutura, sempre negligenciado pelos europeus” (VISENTINI, 2011a, p. 141). Esse tipo de relação sul-sul é benéfica para os Estados receptores, pois auxilia na diminuição do *gap* entre centro e periferia. Ainda, Visentini (2011a) argumenta que os delatores das ações negativas chinesas,

---

<sup>36</sup> Pelo custo de produção de bens de consumo com baixo valor agregado (CLEGG, 2009).

geralmente, ignoram a receptividade positiva dos africanos em relação à ajuda chinesa. Há, é claro, efeitos negativos<sup>37</sup> para a atuação chinesa na África, mas os benefícios são muito mais apreciados, levando a um bom custo-benefício. A não intervenção, princípio base da política externa chinesa, é muito bem quista pelos países em desenvolvimento, os quais, em sua maioria, tem um histórico de intervenções estrangeiras diretas ou indiretas. Os únicos tipos de ajuda que a periferia recebe geralmente leva a manutenção das relações de poder, ou seja, evitar a ascensão da periferia. Assim, “a chegada da China à periferia em desenvolvimento, com uma agenda política e econômica abrangente, parece inaugurar um novo estágio na projeção internacional chinesa e no próprio sistema mundial” (VISENTINI, 2011a, p. 141).

As relações com a África também são fruto de suas experiências históricas, com a abertura para investimentos, particularmente do Japão, “os líderes chineses aprenderam um novo modelo de ajuda financeira que poderia servir aos objetivos de desenvolvimento da China” (BRAUTIGAM, 2009, p. 18, tradução própria). A China é um país em desenvolvimento e o próprio beneficiário da ajuda. Atualmente, na África, “a China está repetindo muitas das práticas e os tipos de acordos que estabeleceu com o Japão e o Ocidente, em sua própria volta inicial ao mercado. Ela trocou de lugar” (BRAUTIGAM, 2009, p. 24, tradução própria).

As dinâmicas das relações internacionais asiáticas são historicamente diferentes das experiências ocidentais. Até a intromissão das potências europeias, as Relações Internacionais (RI) da Ásia eram, de modo geral, notavelmente estáveis, ainda que marcadas por conflitos pontuais. A China era o estado central na hierarquia e, enquanto os demais permanecem nas suas devidas posições, não haverá conflito (KANG, 2003). Existe, portanto, nas RI da Ásia, uma hierarquia formal entre nações asiáticas, possibilitando uma igualdade informal. Devido a esse *modus operandi* regional, tem-se uma percepção de que a China deseja agir desse modo igualmente no nível global, o que não se observa.

Numa perspectiva global, a China tem praticado os cinco princípios da coexistência pacífica, interferindo somente quando solicitada<sup>38</sup>. Para garantir seus interesses nessa esfera, ela tem praticado cooperação técnica e comercial, buscando relações de *cooperação ganha-ganha*<sup>39</sup>. A construção de infraestrutura na África e agora na Ásia Central e Leste, mostram-se

---

<sup>37</sup> Não reconhecimento de Taiwan; utilização da mão de obra chinesa e não africana; produtos chineses são mais competitivos que os africanos (BRAUTIGAM, 2009).

<sup>38</sup> Crise no Zimbábue: a China vetou uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, em 2008, que teria imposto sanções ao presidente do Zimbábue (ROTH; BURKE, 2008); Conflito na Síria: a China tem acompanhado a Rússia vetando sanções econômicas a Assad (SPROSS, 2018).

<sup>39</sup> A cooperação ganha-ganha se baseia no princípio do benefício mútuo em que todas as partes saem ganhando (XULONG, 2017).

como exemplos de manutenção de seus interesses econômicos e securitários, mas atentando para o benefício mútuo. Além disso, a China postula em seus documentos oficiais continuamente que não deseja tomar a posição de nova hegemonia, mantendo a definição de ascensão de pacífica (CHINA, 2011). Assim, é possível observar, que apenas quem foca na liderança dos EUA, segundo Stuenkel (2017), interpreta os comportamentos chineses no SI como indicadores de uma transição hegemônica.

### 4.3 A NÃO INTENCIONALIDADE HEGEMÔNICA CHINESA

Conforme as discussões nos capítulos anteriores é possível constatar a não intencionalidade hegemônica chinesa no sistema internacional. Primeiramente, baseando-se nos documentos oficiais publicados pela China, ela constantemente coloca que a ascensão chinesa será pacífica e não tem intenção de assumir o posto de nova hegemonia. Apesar de suas estratégias na política externa terem um teor anti-hegemônico, elas também apontam para a construção de uma ordem multipolar.

A China passou pelo Século da Humilhação, com a desapropriação de seus territórios, espoliação e exploração de seus recursos e população, o que marcou profundamente a formação do novo Estado chinês. Desse modo, a revolução Comunista foi uma reação ao imperialismo europeu e mais tarde japonês e as relações de classe semifeudais. A República Popular da China entrou no sistema já atrasada na corrida pela industrialização e com grande parte da sua população vivendo na extrema pobreza. Esse excedente populacional foi útil para os estágios iniciais da modernização chinesa, mas conforme o trabalho recebia mais valor agregado, a necessidade por mão de obra diminuiu, levando ao desemprego. A descoletivização, já na era das reformas também resultou na perda de milhares de empregos, levando a uma migração para as cidades. Essas transformações econômicas e sociais acabaram criando pressões sociais para a melhoria das condições de vida, algo que o Partido se propusera no seu início. O PCC reivindicou um novo caminho para a China com relações mais igualitárias, mas ainda possuía amplas desigualdades no seu âmbito.

Além das pressões internas, por criar um sistema antagônico à ordem mundial, Pequim sofre com as pressões externas, como a contrarrevolução, explicada no capítulo 2. Esse fenômeno ocorre, pois o sistema internacional não aceita modelos que divergem da ordem internacional. Assim, os Estados Revolucionários, como a URSS e a China sofrem pressões internacionais para reverter a anomalia. As tentativas de revolução colorida com os protestos de 1989 e 2011, a Guerra ao Terror, as tensões econômicas entre EUA e China representam tentativas de contenção, ou seja, as pressões contrarrevolucionárias.

Nesse contexto, a China necessita achar sua posição nesse sistema que lhe é hostil para poder sobreviver e não sucumbir como foi o caso da União Soviética. A ascensão chinesa é inevitável, dado suas capacidades econômicas e populacionais assim lhe cabem encontrar a melhor forma de se inserir no sistema. Assim, os objetivos-eixo da China entram como base da estratégia chinesa para sua inserção internacional. Como já mencionado, eles são: (i) soberania; (ii) modernização; (iii) e estabilidade. As estratégias aqui apresentadas mostram o esforço chinês em busca de balancear seus objetivos-eixo e sua inserção.

Os interesses chineses são expressos nesses três pontos. A soberania baseia-se na sua história de conflitos, começando nas Guerras do Ópio até a Revolução. A modernização foi a escolha para legitimação e estabilização do regime comunista. E, por fim, a estabilidade é variável fundamental para alcançar os dois objetivos anteriores. O retorno dos territórios, o controle de Xinjiang e Tibete, as disputas marítimas no Mar do Sul da China e fronteiriças com a Índia, as constantes tentativas de ingerência externa e as pressões para a ratificação de tratados que fragiliza sua autonomia, todos esses aspectos são essenciais para salvaguardar a soberania chinesa. A modernização das forças produtivas também é central no planejamento estratégico chinês. Assim, percebemos que as estratégias chinesas vão defender esses pontos centrais.

Começando pelo princípio de “um país, dois sistemas”, é perceptível uma tendência a conciliação ao invés do confronto. Um poder hegemônico impor a sua vontade por meio de coerção ou cooptação, mas a China negociou o retorno dos territórios, aceitando as condições da Inglaterra de manutenção do sistema capitalista existente. Já a ascensão pacífica representa uma declaração de que a China não deseja assumir o posto de hegemonia, mas concentrar-se nas modernizações internas e manter relações benéficas, ganha-ganha. A diversificação de parcerias, unida à construção de um mundo multipolar, é uma estratégia anti-hegemônica. Apesar de ser contra o projeto americano, ao invés de substituir os EUA na construção de uma nova ordem, a China deseja um mundo multipolar, pois é, na sua visão, mais estável e permite maior pluralidade de desenvolvimentos. Por fim, a Iniciativa Belt and Road é uma estratégia que também contempla seus objetivos-eixo de modernização, soberania e estabilidade, por levar a modernização para o oeste chinês e abrir novas rotas que não estejam comprometidas por disputas, como por exemplo, o Mar do Sul da China.

No 18º Congresso Nacional do Partido Comunista, em 2012, foram anunciados os objetivos dos centenários - 2021 e 2049. Os dois objetivos são: (i) concluir a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos pelo centenário do CPC (1921); (ii) e transformar a China em um país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso para o centenário da República Popular da China (1949). Essas datas são essenciais para a legitimidade do PCC no poder, para mostrar que eles possuem o mandato dos céus. Nesse congresso, Xi Jinping, enfatizou a ideia de um desenvolvimento voltado para as pessoas. O objetivo é compartilhar benefícios de desenvolvimento e alcançar prosperidade comum entre todas as pessoas do país (CHINA, 2016).

Até 2020, dizem os líderes, a China: alcançará uma taxa de urbanização de 60%;

concluirá a construção na estação espacial chinesa; se tornará uma "potência cibernética"; limitará o uso de carvão e a transição para energia limpa; entre outros. Talvez o mais importante seja que o Partido Comunista Chinês se comprometeu até 2020 a transformar a China em uma "sociedade moderadamente abastada" - o que significa, em outros termos, que a renda per capita na China será o dobro do número de 2010. A China também tentará dobrar seu PIB atual no mesmo período (TIEZZI, 2019).

Assim, a China tem se concentrado em realizar o fim máximo da Revolução Chinesa, melhorar a qualidade de vida do povo chinês. Todavia, por fazer parte da semiperiferia do sistema mundo, a China sofre também com as relações desiguais, apesar de ter algumas dinâmicas de centro periferia, por ser mais avançada que a periferia. Somado a isso, a condição de Estado Revolucionário, por si só, sofre oposição do sistema, levando a necessidade constante de adaptação ao sistema. A ascensão chinesa não implica necessariamente que ela vai assumir o lugar dos EUA, mesmo coincidindo com a decadência da hegemonia americana. Como Wallerstein (2005) argumenta, que o declínio de uma hegemonia não significa o surgimento de uma nova. A China não tem interesse em se tornar a nova hegemonia, tendo em vistas o custo que isto significa. A valorização do RMB por si só já levaria a uma crise econômica chinesa, já que o modelo chinês se beneficia da desvalorização da sua moeda frente às demais. Tendo em vista os objetivos internos, a posição hegemônica no sistema seria “um tiro no pé”.

Tabela 2 - Melhora da qualidade de vida da população chinesa nos anos iniciais da RPC, em 1980 e em 2018

(continua)

Indicador	Anos iniciais após a formação da República Popular da China (RPC)	1980	2018
Proporção/percentual da população rural vivendo abaixo da atual linha da pobreza	Extrema pobreza	96,20%	1,70%
Renda disponível per capita	RMB98 (em 1956)	RMB171 (em 1978)	RMB28.228
Expectativa de vida	35	65	77
Taxa de mortalidade infantil	200‰	48‰	6,1‰
Taxa de matrícula de ensino básico	20%	95,5% (em 1978)	94,2% <sup>40</sup>

<sup>40</sup> Taxa de conclusão dos 9 anos obrigatórios de educação

Tabela 2 - Melhora da qualidade de vida da população chinesa nos anos iniciais da RPC, em 1980 e em 2018

(continuação)

Indicador	Anos iniciais após a formação da República Popular da China (RPC)	1980	2018
Taxa de crescimento de matrículas de ensino superior	0,22%	2,22%	48,10%

Fonte: CHINA (2019, p.5, tradução própria)

De acordo com a tabela 2 acima, a China ainda tem um longo caminho a percorrer para vencer os atrasos econômicos, políticos e sociais. As desigualdades internas refletem as vulnerabilidades a serem superadas. A China ainda não conseguiu vencer todas as etapas do desenvolvimento.

Por conseguinte, as hipóteses deste trabalho se mostram verdadeiras, uma vez que a China busca uma posição no SI, dentro da construção de uma ordem multipolar, seguindo seus interesses (manutenção da estabilidade interna e externa, modernização e soberania). Nos seus entornos, a nação chinesa tenta estabelecer relações benéficas e amigáveis, apesar de ser o polo da sua região, há uma dinâmica asiática própria, com igualdade na hierarquia. Ainda, ela age de forma anti-hegemônica sem, contudo almejar a posição de nova hegemonia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar a política externa chinesa no XXI, com sua recente ascensão política e econômica, de modo a avaliar seu posicionamento no sistema. Para tanto, buscou-se, através de uma análise histórica, entender quais são os objetivos-eixo de sua política externa e avaliar as estratégias de inserção chinesa no Sistema Internacional.

Essa pesquisa se inicia no século XX, com a formação do estado moderno chinês e seus antecedentes. Neste período, houve diversos acontecimentos marcantes, entre eles: o Século da Humilhação, as Guerras de Libertação Nacional e Civil, a Guerra Fria, as Sanções Econômicas, entre outros, os quais originaram os objetivos-eixo da República Popular da China. As dificuldades internas e externas levaram os dirigentes chineses a buscarem a estabilidade, na arena internacional e nacional, para poderem alcançar seus objetivos de modernização e desenvolvimento. O isolamento internacional na metade do século mostrou que a China precisa se inserir no sistema internacional para alcançar seus objetivos. Deste modo, busca por uma posição significativa a sobrevivência do regime socialista chinês.

A China entra no século XXI dentro da área mais dinâmica do sistema mundo, sendo a produtora de bens de consumo do mundo, tornando-se o principal tópico deste século. O fim da URSS e a ascensão asiática, em especial chinesa, levaram a grandes transformações na configuração do poder político internacional. Nesta nova realidade, a China se apropria de uma série de estratégias de inserção buscando salvaguardar seus objetivos-eixo: (i) soberania, (ii) modernização, (iii) estabilidade.

Sem o conflito Leste-Oeste, abre-se um novo período com a emergência de novos polos. Entre eles, a China se destaca devido as suas particularidades e capacidades. A “sobrevivência” do socialismo de mercado surpreendeu os analistas políticos que já previam o fim próximo dela, dado a crise do bloco socialista. Assim, surge um temor na comunidade internacional em relação às intenções chinesas para com o Sistema Internacional, dado que as teorias ocidentais apontavam para uma nova corrida armamentista e uma possível nova Guerra Fria.

Este trabalho buscou então, através da análise dos objetivos-eixo e das estratégias de inserção, utilizando-se da perspectiva de sistema mundo e conceito revoluções, verificar se essa preocupação era viável. Os resultados dessa pesquisa foram que a China age de forma conciliatória e participativa no Sistema Internacional. As questões imperativas, como o retorno dos territórios, são resolvidas com uma abordagem mais diplomática, evitando o conflito direto. Beijing busca a estabilidade através da construção de uma ordem multipolar, a qual os líderes chineses julgam mais estável, com a participação dos polos emergentes em

busca de uma comunidade internacional mais igualitária para poder se desenvolver. A visão de que a China deseja se tornar a próxima hegemonia, na realidade, percebe o declínio da hegemonia americana, e não analisa as estratégias chinesas. Por fim, analisando os livros brancos chineses, é perceptível que a China estabelece que deseja uma relação pacífica, ou melhor, estável com a comunidade internacional e rejeita a ideia de se tornar a próxima hegemonia.

Nos 70 anos da Revolução Comunista (1949-2019), a China ainda possui grandes vulnerabilidades internas derivadas das desigualdades entre as regiões, por conta das regiões mais rebeldes como Xinjiang e Tibete e pelas contradições inerentes a implantação do capitalismo dentro de um modelo socialista. Portanto, a China tem buscado a organização interna e não a organização do sistema internacional em si. Apesar de ter influência sobre o sistema, ela está muito mais focada em lidar com as suas vulnerabilidades internas do que em estabelecer uma nova ordem internacional. A China não tem condições de “pagar os custos” da hegemonia e, conforme já mencionado, deseja resolver seus problemas internos.

Por conseguinte, as hipóteses se mostraram verdadeiras, uma vez que a China busca uma posição no SI, dentro da construção de uma ordem multipolar, seguindo seus interesses (manutenção da estabilidade interna e externa, modernização e soberania). Nos seus entornos, a nação chinesa tenta estabelecer relações benéficas e amigáveis, apesar de ter mais capacidades, há uma dinâmica asiática própria, com igualdade na hierarquia. Ainda, ela age de forma anti-hegemônica sem, contudo almejar a posição de nova hegemonia.

## REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. **Beyond US Hegemony?:** Assessing the Prospects for a Multipolar World. Beirut: World Book Publishing, 2006.
- ANING, Kwesi. Security, the War on Terror, and official development assistance. **Critical Studies On Terrorism**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.7-26, 26 abr. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17539151003594178>. ARMSTRONG, David. **Revolution and World Order:** The Revolutionary State in International Society. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.
- ARMSTRONG, David. **Revolution and World Order:** The Revolutionary State in International Society. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- ARRIGHI, Giovanni. A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Político Mundial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.99-131, jul. 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim:** origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008
- ARROW, Ruaridh. **Gene Sharp:** Author of the nonviolent revolution rulebook. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-12522848>>. Acesso em: 14 set. 2019.
- BRITES, Alessandra S. A Política da União Soviética e Seus Impactos nas Relações Internacionais (1917-1985). 2012. 93f. **Dissertação** (Mestrado em de Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.
- BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift:** the real story of china in africa. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.
- CABRAL FILHO, Severino Bezerra. A CHINA RUMO AO SÉCULO XXI (TRANSFORMAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO). **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p.209-222, nov. 1996. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1020/1330>>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- CAI, Peter. **UNDERSTANDING CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE.** Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/publications/understanding-belt-and-road-initiative>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31 , p. 215-252, jun. 2009.
- CHEN, Jerome. The Chinese Communist Movement to 1927. In: FAIRBANK, John K. (Ed.). **The Cambridge History of China:** Republican China 1912-1949, Part 1. Cambridge: Cabridge University Press, 1983. p. 505-526.
- CHETERIAN, Vicken. **A base dos EUA na Ásia central.** 2003. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-base-dos-eua-na-asia-central/>>. Acesso em: 25 maio 2019.
- CHINA. **White Paper** (2011). China's Peaceful Development. Disponível em: <<http://in.chineseembassy.org/eng/zt/peaceful/t855717.htm>>. Acesso em: 29 abril. 2019

\_\_\_\_\_. **White Paper** (2014). The Practice of the “One Country, Two Systems” Policy in the Hong Kong Special Administrative Region. Disponível em: <[http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2014/08/23/content\\_281474982986578.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986578.htm)>. Acesso em: 29 abril. 2019

\_\_\_\_\_. **White Paper** (2015). China’s Military Strategy. Disponível em: <[http://english.gov.cn/archive/white\\_paper/2015/05/27/content\\_281475115610833.htm](http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm)>. Acesso em: 29 abril. 2019

\_\_\_\_\_. **White Paper** (2018). The Facts and China’s Position on China-US Trade Friction. Disponível em: <>. Acesso em: 29 abril. 2019

\_\_\_\_\_. **White Paper** (2019). China and the World in the New Era. Disponível em: <[http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content\\_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html](http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html)>. Acesso em: 20 outubro. 2019.

CLEGG, Jenny. **China's global strategy**. Towards a multipolar world. London: Pluto Press, 2009.

CUTRIM, Evelucia; BORBA, Luana; PERINO, Michelle. Impactos humanitários de sanções unilaterais e multilaterais. **Ufrgsmun**, Porto Alegre, v. 6, p.8-45, 2018.

CZIZEWESKI, Grégori Michel. **O FIM ESTÁ PRÓXIMO: PODER, TENSÃO E NOSTALGIA NA VISÃO DA GUERRA FRIA A PARTIR DE WATCHMEN**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FELDMANN, Daniel. A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein. **Econ. soc.**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 339-364, Aug. 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182019000200339&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182019000200339&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Nov. 2019. Epub Aug 29, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art03>.

FERNANDES, Vítor Ramon. IDEALISMO E REALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM DEBATE ONTOLÓGICO. **Janus.net E-journal Of International Relations**, Lisboa, v. 7, n. 2, p.15-27, nov. 2016. Disponível em: <[http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol7\\_n2/pt/pt\\_vol7\\_n2\\_art2.pdf](http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol7_n2/pt/pt_vol7_n2_art2.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2019.

FINKELSTEIN, David M.. China's National Military Strategy: An Overview of the. **Asia Policy**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.67-72, 2007. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/asp.2007.0017>.

FMI. **World Economic Outlook Database, April 2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/01/weodata/weorept.aspx?pr.x=53&pr.y=5&sy=2018&ey=2024&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=924&s=NGDPD%2CPPGDP%2CNGDPDPC%2CPPPPC%2CLP&grp=0&a=>>>. Acesso em: 14 out. 2019.

GARFIELD, Richard. Economic Sanctions, Humanitarianism, and Conflict After the Cold War. **Social Justice**, K, v. 29, n. 3, p.94-107, fev. 2002.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power.** New York: Macmillan Press Ltd, 1999a.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais.** Porto Alegre: Ufrgs, 1999b.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPKINS, Terence K. et al. **World Systems Analysis: Theory And Methodology (Explorations in the World Economy).** Beverly Hills: Sage Publications, Inc, 1982.

KANG, David. Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In: IKENBERRY, Gilford John. **International Relations Theory and the Asia-Pacific.** New York: Columbia University Press, 2003. Cap. 4. p. 163-189.

KISSINGER, Henry. Sobre a China [On China]. **Rio de Janeiro: Objetiva,** 2011.

LIANG, Jun; CHUN, Yao (Ed.). **The 8th National Congress.** 2013. Disponível em: <<http://english.cpc.people.com.cn/206972/206981/8188361.html>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

MADDISON, Angus. Dynamics of Development in the New China. In: \_\_\_\_\_. **Chinese Economic Performance in the Long-Run.** Paris: OECD Development Centre, 1998.

MARTEL, William C.. **An Authoritarian Axis Rising?** 2012. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2012/06/an-authoritarian-axis-rising/>>. Acesso em: 6 set. 2019.

MENDONÇA, José Carlos. Notas para uma crítica do maoísmo - Loren Goldner. **Em Debate,** Florianópolis, n. 11, p. 114-131, jul. 2015. ISSN 1980-3532. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2014n11p114>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

PAN, Chengxin. Peaceful Rise' and China's new international contract: the state in change in transnational society. In: LI, Linda Chelan (Ed.). **Chinese state in transition: processes and contests in local China.** Londres: Routledge, 2009. p. 127-144.

PEOPLE'S DAILY (China). **Full text of Anti-Secession Law.** 2005. Disponível em: <[http://en.people.cn/200503/14/eng20050314\\_176746.html](http://en.people.cn/200503/14/eng20050314_176746.html)>. Acesso em: 18 set. 2019.

PLESHAKOV, Constantine. Nikita Khrushchev and Sino-Soviet Relations. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). **Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino- -Soviet Alliance, 1945-1963.** Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 226-245.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

ROBERTS, J.a.g.. Warlordism in China. **Review Of African Political Economy,** [s.l.], v. 16, n. 45-46, p.26-33, jan. 1989. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03056248908703823>.

ROMANA, Heitor Barras. **República Popular da China: a Sede do Poder Estratégico.** Coimbra: Almedina, 2007.

SCHRÖPPEL, Christian; MARIKO, Nakajima. The Changing Interpretation of the Flying Geese Model of Economic Development. **Japanstudien**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.203-236, jan. 2003. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09386491.2003.11826895>.

SENISE, Maria Helena Valente. TRATADO DE NANQUIM (1842). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 101-124.

SHENG, Shu. **A história da China Popular no século XX**. Rio de Janeiro: Fgv, 2012.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. **International Security**, Cambridge, v. 36, n. 1, p.41-72, fev. 2011.

SZCZEPANSKI, Kallie. **What Is China's Mandate of Heaven?** Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/the-mandate-of-heaven-195113>>. Acesso em: 14 out. 2019.

TIEZZI, Shannon. **Why 2020 Is a Make-or-Break Year for China**. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2015/02/why-2020-is-a-make-or-break-year-for-china/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

TODD, Emmanuel. **Após o império: ensaio sobre a decomposição do sistema americano**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World Population Prospects 2019**. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/DataQuery/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 131-141, Nov. 2011a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000400009>.

VISENTINI, Paulo. **Relações Diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011b.

VISENTINI, Paulo. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

XI, Jinping. **A governança da China**. Pequim: Foreign Languages Press, 2014.

XIAOPING, Deng. **Construir un socialismo con peculiaridades chinas**. Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_, Immanuel. **The Decline of American Power: The U.S. in a Chaotic World**. Nova Iorque: The New Press, 2003.

\_\_\_\_\_, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto,

2004.

\_\_\_\_\_, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2005.

WESTAD, Odd Arne. Introduction. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). **Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963**. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 1-47.

WWF (Org.). **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/)>. Acesso em: 14 set. 2019.